

O papel do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas na promoção do Triângulo Estratégico América Latina – Europa - África

Beatriz de Carvalho Ramos Aleixo

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais**

outubro de 2017

**O papel do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas
na promoção do Triângulo Estratégico América Latina – Europa -
África**

Beatriz de Carvalho Ramos Aleixo

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

outubro de 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Estudos Europeus, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto e do Dr. Filipe Domingues, Secretário-Geral do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas.

Agradecimentos

Antes de mais cumpre agradecer à Professora Doutora Ana Santos Pinto, orientadora deste Relatório de Estágio, por toda a sua ajuda e por ter estado disponível sempre que solicitado e com conhecimentos técnicos da maior importância para a presente investigação.

Um segundo agradecimento é dirigido a toda a equipa do IPDAL, ao Dr. Paulo Neves, Presidente do Instituto, ao Secretário-Geral, Dr. Filipe Domingues, orientador de estágio, e à Dra. Sofia Vieira, Adjunta da Direção, por todo o acompanhamento, aprendizagem, auxílio prestado, confiança demonstrada e pelo contributo para o meu desenvolvimento profissional.

Finalmente, um também merecido agradecimento à família, sempre encorajadora da concretização desta tarefa.

O papel do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas na promoção do Triângulo Estratégico América Latina – Europa - África

Beatriz de Carvalho Ramos Aleixo

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: *Advocacy*; Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África; Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas; Política Externa Portuguesa; Política Externa da União Europeia

Numa envolvente em que várias organizações internacionais utilizam estratégias de *advocacy*, tendo em vista sensibilizar *decision makers* para determinados temas, considera-se relevante analisar a importância de Portugal na promoção da relação triangular América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa e da Política Externa da União Europeia.

O presente Relatório de Estágio procura realizar um estudo sobre o “Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África”, analisando a importância de Portugal (Estado-membro da União Europeia com relações privilegiadas e posicionamento estratégico neste âmbito) na promoção da relação triangular. Com tal objetivo pretende-se, mais concretamente, perceber se o Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas (IPDAL) utiliza instrumentos de *advocacy* na promoção do triângulo estratégico no quadro da Política Externa Portuguesa, estando esta enquadrada pela pertença à União Europeia e, assim, procurar responder à pergunta de investigação - *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?*

Neste Relatório é ainda feita uma apresentação do Instituto, uma análise dos Encontros realizados sobre o Triângulo Estratégico, do enquadramento desta dinâmica atlântica triangular na Política Externa Portuguesa e na Política Externa da União Europeia e são igualmente descritas as atividades realizadas durante o Estágio, terminando com uma apreciação crítica das atividades desenvolvidas.

Conclui-se que o Instituto utiliza instrumentos de *advocacy* na promoção da dinâmica triangular e que, assim, Portugal se afirma como *hub* e elo de ligação entre as três regiões, a América Latina, a Europa e África.

The role of the Institute for the Promotion of Latin America and the Caribbean in the promotion of the Strategic Triangle Latin America – Europe – Africa

Beatriz de Carvalho Ramos Aleixo

ABSTRACT

KEYWORDS: Advocacy; Strategic Triangle Latin America – Europe – Africa; Institute for the Promotion of Latin America and the Caribbean; Portuguese foreign policy; European Union foreign policy

In an environment in which numerous international organisations use *advocacy* strategies to draw decision makers' attention to specific themes, it is relevant to analyse the importance of Portugal in the promotion of the triangular relation Latin America – Europe – Africa in the framework of the Portuguese foreign policy and the European Union foreign policy.

This work aims to conduct a study about the “Strategic Triangle Latin America – Europe – Africa” and analyses the importance of Portugal (Member-State of the European Union and a country with privileged relations and strategic position in this triangulation) in the promotion of the relation between Europe, Latin America and Africa. More specifically, this work aims to understand if the Institute for the Promotion of Latin America and the Caribbean (IPDAL) uses instruments of advocacy in promoting the strategic triangle in the framework of the Portuguese foreign policy in order to respond to the research question - *How does IPDAL promote the Strategic Triangle Latin America – Europe – Africa in the framework of the Portuguese foreign policy?*

The presentation of the Institute, the analyses of the initiatives organized about the Strategic Triangle and the framework of this theme in the Portuguese foreign policy and in the European Union foreign policy are also described in this report, as well as a critical appraisal about the activities developed during the internship in IPDAL.

Finally, it is concluded that the Institute uses instruments of advocacy in the promotion of the triangular dynamic and, consequently, it is also concluded that Portugal is a hub and a connecting link between the three regions, Latin America, Europe and Africa.

Índice

Introdução	1
I. O conceito de <i>advocacy</i>	3
I.1. <i>Advocacy</i> enquanto conceito operacional	4
II. O Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas.....	9
II.1. História e criação	9
II.2. Missão e objetivos	13
II.3. Atividades e iniciativas.....	13
III. O Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África.....	17
III.1. O Triângulo Estratégico e a política externa da União Europeia.....	18
III.2. O Triângulo Estratégico e a política externa portuguesa	22
III.3. Histórico de eventos	26
III.4. O VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Caraíbas – Europa – África	28
IV. Atividades realizadas durante o estágio.....	31
IV.1. Eventos	31
IV.2. Comunicação externa.....	34
IV.3. Recolha e tratamento de informação	35
IV.4. Atualização da base de dados	37
IV.5. Notas oficiais para as Embaixadas	37
IV.6. Atualização do site do IPDAL.....	39
IV.7. Outras atividades	39
IV.8. Conhecimentos adquiridos.....	40
Conclusões e recomendações	42
Bibliografia	45
Fontes primárias	45
Referências Bibliográficas	46
Lista de figuras.....	49
Figura 1. Lógica operativa do Instituto.....	49
Figura 2. Distribuição das atividades do IPDAL.....	49
Anexos	50
Anexo 1. Plano de Estágio	50
Anexo 2. Cobertura mediática do VI Encontro Triângulo Estratégico.....	56

Anexo 3. PowerPoint sobre as Cimeiras Ibero-americanas	57
Anexo 4. Newsletter IPDAL – dezembro 2016	61
Anexo 5. PowerPoint sobre as relações Portugal – Caraíbas.....	76
Anexo 6. Recolha de informação sobre a relação bilateral Portugal – Cuba	86
Anexo 7. Resumo de artigos de opinião sobre a recusa do processo de paz na Colômbia	90
Anexo 8. Resumo do artigo de opinião “A Europa, a América Latina e Portugal”, escrito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e publicado no Jornal Público a 3 de novembro de 2016.....	96
Anexo 9. Histórico da “Questão Malvinas” nas Nações Unidas	98
Anexo 10. Artigo sobre a importância da América Latina para as empresas portuguesas	101
Anexo 11. Nota informativa para as Embaixadas	103
Anexo 12. Notícia sobre a entrega do Prémio IPDAL-Vista Alegre ao Embaixador do Brasil, Mário Vilalva.....	105
Anexo 13. Notícia sobre a entrega do Prémio Nobel da Paz 2016 ao Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos.....	106
Anexo 14. Notícia sobre o encontro da Secretária-Geral Iberoamericana com os Embaixadores da América Latina.....	107
Anexo 15. Notícia sobre a entrega do policy paper à Secretária-Geral Iberoamericana	108
Anexo 16. Notícia sobre a participação do IPDAL no Portugal Exportador	109
Anexo 17. Notícia sobre a participação do IPDAL no Bazar Diplomático.....	110
Anexo 18. Notícia sobre as previsões da OCDE.....	111
Anexo 19. Notícia sobre o XI Aniversário do IPDAL.....	112
Anexo 20. Notícia sobre o Seminário “Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos”	113

Lista de abreviaturas

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ASA – Cimeira América do Sul - África

CARICOM - Caribbean Community

CEE – Comunidade Económica Europeia

CELAC – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Económica para a América Latina

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EUA – Estados Unidos da América

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

IPDAL – Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua oficial Portuguesa

SEGIB – Secretaria-Geral Iberoamericana

SICA – Sistema de la Integración Centroamericana

UE – União Europeia

Introdução

O estágio a que se refere o presente Relatório foi realizado no Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas (IPDAL), de setembro de 2016 a fevereiro de 2017, sob a orientação do Doutor Filipe Domingues, Secretário-Geral do IPDAL. O estágio enquadra-se na componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação científica da Professora Doutora Ana Santos Pinto.

Os objetivos principais do estágio assentam na realização de um estudo sobre o “Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África”, procurando identificar a importância de Portugal (Estado-membro da União Europeia com relações privilegiadas e posicionamento estratégico neste âmbito) na promoção da relação triangular. Com tal objetivo pretende-se, mais concretamente, perceber de que maneira é que o IPDAL promove o triângulo estratégico no quadro da Política Externa Portuguesa, estando esta enquadrada pela pertença à União Europeia (UE) e responder à pergunta de investigação - *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?*

Ao longo do estágio curricular no IPDAL e, mais especificamente, através do acesso e análise de documentos produzidos no âmbito das Conferências sobre o Triângulo estratégico e da participação no VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África que teve lugar em abril de 2017, foram recolhidas diversas informações relevantes para o desenvolvimento deste tema. Entende-se que esta relação triangular pode ser um novo olhar não só para a política externa portuguesa, mas também europeia e, por conseguinte, considera-se um tema que merece ser estudado e aprofundado.

O relatório de estágio está dividido em quatro capítulos. A introdução detalha os objetivos do estágio, bem como a estrutura do relatório. O primeiro capítulo procura recorrer ao conceito de *advocacy* de modo a enquadrar a ação do Instituto e os instrumentos utilizados pelo mesmo, tendo em conta os contributos presentes na literatura sobre esta conceptualização.

No capítulo dois é feita uma apresentação do IPDAL, incluindo a sua história e criação, missão, objetivos e atividades e iniciativas. É ainda feita uma descrição pormenorizada do alargamento do âmbito do Instituto à região das Caraíbas em 2016.

O terceiro capítulo é dedicado ao Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África e pretende enquadrar esta dinâmica triangular na política externa da União Europeia e na política externa portuguesa, refletir sobre as iniciativas que já foram realizadas pelo Instituto neste âmbito, e apresentar as principais conclusões e recomendações dos encontros, dando maior ênfase ao último Encontro, o VI Encontro, realizado este ano.

O capítulo quatro é dedicado a uma descrição do trabalho desenvolvido enquanto estagiária, desempenhando a função de Assessora da Direção no Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas, de setembro de 2016 a fevereiro de 2017, estando este capítulo organizado por atividades.

Por fim são elaboradas conclusões e recomendações refletindo sobre as atividades desenvolvidas, a sua relevância para o cumprimento dos objetivos científicos da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, bem como sugestões para possíveis melhoramentos da ação do Instituto. Pretende-se ainda responder à pergunta de investigação, tendo presente a análise do conceito de *advocacy* enquanto conceito operacional e o estudo realizado ao longo do Relatório sobre o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África.

I. O conceito de *advocacy*

Com o objetivo de contribuir para a resposta à pergunta de investigação que orienta este relatório de estágio – *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?* – considera-se adequado o recurso ao conceito de *advocacy*, conforme desenvolvido no âmbito da Ciência Política, em particular na análise aos processos de decisão, e aplicado aos Estudos Europeus. Esta opção decorre do objetivo de perceber se o Instituto utiliza, na sua ação, os instrumentos associados a esta conceptualização, tendo em conta os contributos presentes na literatura sobre o tema. Esta abordagem será aplicada à ação do IPDAL quer no quadro da Política Externa Portuguesa, quer no contexto da União Europeia da qual Portugal é Estado-membro.

O tema escolhido – a promoção do Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África – insere-se, igualmente, na área de especialização em Estudos Europeus, uma vez que Portugal, tal como Espanha, mantém desde há muitos séculos uma relação preferencial com os vários países da América Latina e de África, dada a sua proximidade cultural e o seu posicionamento estratégico. Assim, o papel desempenhado por Portugal, mais concretamente pelo IPDAL, torna-se um elemento crucial para a promoção do referido Triângulo Estratégico no contexto da Política Externa Portuguesa.

Considerando as atividades e objetivos desenvolvidos pelo IPDAL, é possível argumentar que o conceito de *advocacy* pode aplicar-se à estratégia utilizada pelo Instituto. A título de exemplo, o IPDAL promove a divulgação dos resultados da Conferência anual que organiza sobre o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África, junto de entidades diretamente relacionadas e responsáveis pela Política Externa Portuguesa e europeia, nomeadamente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Comissão Europeia.

Assim, pretende-se na presente investigação, perceber se o conceito de *advocacy* contribui para a compreensão da ação do Instituto na promoção desta triangulação continental no quadro da Política Externa Portuguesa e europeia.

I.1. *Advocacy* enquanto conceito operacional

Asem Prakash e Mary Kay Gugerty (2010) definem o conceito de *advocacy* como “systematic efforts (as opposed to sporadic outbursts) by actors that seek to further specific policy goals. Advocacy is integral to politics and not restricted to any particular policy domain. It could pertain to environmental protection, labour issues, healthcare issues, religion, democracy, shareholders’ rights and so on” (Prakash, Gugerty, 2010, p.1).¹

Os autores acrescentam que a influência dos grupos de *advocacy* pode ser dirigida a governos, empresas ou até a outras organizações de *advocacy*. Com efeito, este tipo de atores não pretende influenciar um único tipo de organização, mas vários.

Carolyn Hendricks, por sua vez, define o conceito de *advocacy* como “(...) an activity that is typically undertaken by organizations, enterprises, departments or empowered individuals seeking to put pressure on decision makers, elites and the broader public” (Hendricks, 2011, p.18).

A autora considera que o conceito de *advocacy* tem muitos significados. Em termos jurídicos é definido como “the act of pleading for or against a cause, as well as support or recommending a particular position” (Hendricks, 2011, p.19). No domínio político, “advocacy refers to attempts to influence policy processes and outcomes by articulating a position and putting pressure on decision makers, institutions and the broader public” (Hendricks, 2011, p.19).

Segundo a mesma autora, o mundo de *advocacy* engloba diversas atividades, nomeadamente, *insider activities* (a influência é feita dentro do processo político), *outsider activities* (através da tentativa de influenciar a opinião pública, organizações ou elites) e *network activities* (consiste em estar informado e ligado a atores chave).

À luz das conceptualizações propostas por Prakash, Gugerty (2010) e Hendricks (2011), acima mencionadas, o conceito geral de *advocacy* pode ser entendido como uma tentativa de influenciar, pressionar, ou alertar um conjunto de atores para um determinado assunto. No âmbito político, esta ação pretende influenciar decisores políticos,

¹ Na presente investigação as citações serão apresentadas na língua de origem da consulta, de maneira a que o conteúdo utilizado seja o mais fiel possível ao documento original.

instituições e a opinião pública e pode ser feita em qualquer domínio, desde a proteção ambiental às questões laborais.

Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1999), por sua vez, definem a política atual como multilateral, evidenciando que há espaço para instituições com novas características, nomeadamente para aquelas que fazem *advocacy*: “world politics at the end of the twentieth century involves, alongside states, many non-state actors who interact with each other, with states, and with international organizations” (Keck, Sikkink, 1999, p.90).

As autoras centram a sua investigação nas redes transnacionais de *advocacy* e referem que estas, por vezes, têm impacto na mudança de certas políticas e nas bases principais e institucionais das interações a nível internacional. Neste sentido, quando os grupos que se destinam a fazer *advocacy* são bem-sucedidos, podem vir a constituir uma parte importante da explicação de mudanças estruturais que ocorrem no mundo político.

Segundo as autoras, as redes de *advocacy* funcionam através do poder de informação que detêm e das ideias e estratégias que utilizam no seu dia-a-dia. Podem utilizar o que as autoras definem como *information politics* – que consiste na capacidade de utilizar informação política de maneira rápida e credível de modo a ter mais impacto – ou podem ainda recorrer ao que as autoras denominam como *leverage politics*, ou seja, a capacidade de pedir a atores com poder e autoridade para influenciarem determinadas situações que os membros mais fracos não conseguem influenciar (Keck, Sikkink, 1999, p.95-97).

As autoras acrescentam ainda que, atualmente, uma das maneiras mais comum de fazer *advocacy* e de conseguir influenciar o *agenda-setting*² é exercer influência sobre certos atores com poder relevante na sociedade.

Keck e Sikkink (1999) afirmam que o uso de *advocacy* é bem-sucedido quando:

- i) consegue tornar um assunto relevante; ii) consegue que o assunto passe a fazer parte da agenda política; iii) influencia posições discursivas do Estado ou de grandes organizações; iv) se traduz em mudanças políticas no Estado, em Instituições ou outros

² “Agenda-setting processes are crucial, since they determine which issues are taken up for decision-making. In agenda-setting processes, it is therefore determined what is the range of legitimate concerns and alternatives in a political system. As a result of this, agenda-setting is a highly political process: political actors seek actively to bring issues on to the agenda if they are looking for a change of policy, or to keep them off the agenda if they want to defend the status quo” (Prince, 2007, p.21).

organismos; ou v) afeta o comportamento do Estado perante determinado assunto (Keck, Sikkink, 1999, p.98).

Segundo as autoras, as redes de *advocacy* chamam a atenção para novos assuntos e ajudam a determinar a agenda política, uma vez que conseguem atrair atenção mediática para temas que antes não tinham visibilidade. Tal pode ocorrer através, nomeadamente, da organização de debates, audiências e encontros sobre assuntos que não eram debatidos, publicamente, antes da ação das redes de *advocacy*.

O estudo elaborado pelas autoras permite-nos compreender melhor a importância das redes de *advocacy* no âmbito político, uma vez que a ação destas é, por vezes, determinante. A referida investigação permite-nos ainda perceber como operam as redes de *advocacy* e quando é que a ação destas é bem-sucedida e consegue influenciar ou pressionar os atores-chave. Com este contributo, considera-se possível caracterizar a ação do IPDAL e perceber como esta se enquadra nas atividades acima descritas e relacionadas com o conceito de *advocacy*.

Carolyn Hendriks (2011), por sua vez, defende que existem dois modelos de comunicação política diferentes: modelos baseados em “deliberative democracy” e modelos de comunicação política baseados em “interest advocacy”. Relativamente aos modelos baseados em “interest advocacy” – que se considera serem os mais pertinentes para o objeto de estudo deste relatório – a autora refere: “Under the advocacy model, organized groups, activists and empowered individuals attempt to influence the policy process and outcomes by articulating a position and putting pressure on decision makers, institutions and the broader public” (Hendricks, 2011, p.4). Esta pressão pode ser feita de várias formas, a título de exemplo e citando a autora: “(...) persuasion, advising, negotiation, lobbying, mobilizing, networking, advertising, funding, forming coalitions, bargaining, campaigning, protests, unruly politics, sanctions and threats” (Hendricks, 2011, p.4).

À semelhança de Keck e Sikkink (1999), também Hendricks (2011) afirma que a estratégia utilizada para fazer *advocacy* passa pela realização de fóruns, conferências, entre outros eventos que reúnem um número considerável de participantes. Nestas ocasiões, os cidadãos presentes recebem informação sobre determinado tema através de apresentações, missões de investigação, entre outras atividades. A informação é fornecida por especialistas, membros do Governo, representantes de determinados grupos ou ainda ativistas.

Neste contexto, os participantes refletem sobre o que foi apresentado e, a médio e longo prazo, apresentam os seus resultados aos responsáveis pelas tomadas de decisões, habitualmente designados como *decision makers*, em forma de relatório. Uma vez apresentado, este relatório pode ser incorporado, diretamente ou indiretamente, no processo político.

Ao elencar as diversas atividades utilizadas para exercer pressão e influenciar decisões, Hendricks (2011) clarifica o modo como o conceito de *advocacy* é posto em prática. Assim, considera-se que a conceptualização da autora proporciona uma melhor compreensão do objeto deste relatório e a prática do IPDAL, à luz do conceito de *advocacy*. Como se verá no capítulo II, algumas das práticas identificadas pela autora são desenvolvidas pelo Instituto.

O contributo de Hendricks (2011) torna-se relevante para o presente estudo, uma vez que reflete sobre o uso de *advocacy* e sobre a sua influência, nomeadamente, na decisão política nacional, o que permite perceber se o IPDAL utiliza esta estratégia no quadro do processo de decisão nacional, nomeadamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses.

Justin Greenwood (2002), por sua vez, centra a sua investigação no uso de *advocacy* na União Europeia. O autor afirma que a Comissão Europeia é uma instituição recetiva a todos os *inputs* vindos dos grupos de interesse. Citando Greenwood: “The Commission believes this process to be fundamental to the development of its policies” (Greenwood, 2002, p.20). Ou seja, os *inputs* provenientes de grupos de interesse não só são bem-vindos, como também fundamentais para o desenvolvimento de políticas comunitárias.

O autor acrescenta ainda que o desejo de colmatar o défice democrático³ faz com que as instituições europeias, nomeadamente a Comissão Europeia, estejam mais recetivas a novas ideias vindas dos vários setores da sociedade e de todos os tipos de grupos de interesse.

³ “(...) the term “democratic deficit” is used to express the discrepancy between the material and political state of integration of the EU, on the one hand, and the democratic quality of its political and institutional system, on the other” (Decker, 2002, p. 256).

O contributo de Greenwood (2002) torna-se relevante para o presente trabalho, uma vez que esclarece o uso de *advocacy* na União Europeia e permite perceber se o IPDAL também utiliza a estratégia de *advocacy* a nível comunitário.

Do estudo efetuado ao longo do capítulo conclui-se que Prakash, Gugerty (2010) e Hendricks (2011) definem o conceito geral de *advocacy*, que pode ser entendido como uma tentativa de influenciar, pressionar ou alertar decisores políticos, instituições e o público em geral, para determinado tema. Keck, Sikkink (1999) e Hendricks (2011) enumeram as várias estratégias de *advocacy* utilizadas para conseguir alertar para determinado assunto. Greenwood (2002), por sua vez, centra a sua investigação no uso de *advocacy* na UE, o que é pertinente para avaliar o impacto da estratégia de *advocacy* a vários níveis.

A aplicação dos conceitos analisados ao objeto de estudo pode ser verificada, por exemplo, através da entrega dos *policy papers* das Conferências sobre o Triângulo Estratégico (que contêm recomendações e conclusões retiradas dos Encontros) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Comissão Europeia. Assim, considera-se que é possível uma aplicação do conceito de *advocacy* ao presente objeto de estudo, tanto a nível nacional, como comunitário.

Entende-se, aliás, que as conceptualizações acima mencionadas são imprescindíveis para perceber o objeto de estudo, a ação do IPDAL na promoção do Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa. Após a revisão da literatura sobre o conceito de *advocacy*, será possível, de forma mais sustentada, descrever a ação do Instituto, analisar as suas atividades de promoção da triangulação continental e, deste modo, responder à pergunta de investigação - *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?*

II. O Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas

O Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que conta com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.⁴

O Instituto funciona com uma perspetiva muito prática e estrutura reduzida, com um número aproximado de sete colaboradores. O IPDAL apresenta-se como uma instituição pluralista e independente de governos e de partidos políticos.

O principal objetivo do Instituto é aproximar Portugal e a América Latina através da organização de atividades realizadas em diversos âmbitos, nomeadamente empresarial, institucional, académico e cultural.

O IPDAL trabalha diariamente com as representações diplomáticas latino-americanas e das Caraíbas em Portugal, entre outros parceiros.

A lógica operativa do Instituto passa por uma mediação entre empresas, associações, universidades, entidades privadas e públicas com interesse na América Latina e governos, embaixadas e empresas. A lógica operacional do IPDAL pode ser consultada na figura 1 (no final do relatório, na página 49).

II.1. História e criação

O projeto do IPDAL foi apresentado aos Embaixadores da América Latina em Portugal, no ano de 2004, numa sessão organizada na Embaixada do Brasil, que contou com o apoio do então Embaixador brasileiro em Lisboa. Nesse mesmo ano, o Instituto iniciou atividade.

A proposta de criação do IPDAL contou também com a receptividade dos Embaixadores do Chile (decano dos embaixadores latino-americanos, à data da criação do Instituto), do Brasil, Argentina, Panamá, Cuba, Peru, Venezuela e do Encarregado de Negócios do Paraguai. No dia 12 de janeiro de 2006 foi efetuado o registo legal do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina – IPDAL.

⁴ Toda a informação presente neste capítulo pode ser consultada e está disponível no site do Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas (IPDAL): <http://ipdal.org/> (consultado em 04/05/2017).

Desde a sua criação, em 2006, que a estratégica do IPDAL assentou numa estrutura leve, de resposta rápida aos diferentes desafios e sempre estreita colaboração com as Embaixadas, especialmente de Estados da América Latina. Sendo um instituto que visa apoiar e trabalhar de perto com as missões diplomáticas latino-americanas, o IPDAL começou por dedicar-se sobretudo a iniciativas de carácter académico e institucional, apoiando as representações diplomáticas latino-americanas no cumprimento dos seus objetivos.

Até 2009 o trabalho do IPDAL consistiu, sobretudo, na promoção da América Latina em Portugal, mas com o eclodir da crise económico-financeira o Instituto identificou a necessidade de apoiar, igualmente, as empresas portuguesas no processo de internacionalização. Com as economias da região latino-americana a registarem valores de crescimento e progressos sociais e políticos, o IPDAL começou a divulgar oportunidades de negócio na América Latina e a dedicar-se à mediação de contactos entre empresas portuguesas e latino-americanas.

Onze anos depois da sua fundação, em março de 2017, o IPDAL decidiu alterar a sua imagem corporativa, objeto social e nome, passando de “Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina” para “Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas”.

Segundo o Secretário-Geral do IPDAL, Filipe Domingues, “Apesar das diferenças linguísticas, históricas, étnicas e culturais entre os países que consideramos *stricto sensu* como latino-americanos e os das Caraíbas, geopoliticamente faz cada vez mais sentido falar-se na região América Latina e Caraíbas.”⁵

O Secretário-Geral acrescenta ainda que as Caraíbas fazem parte geograficamente do continente americano e, assim sendo, partilham uma série de desafios, condições de desenvolvimento e perspetivas comuns aos países da América Latina, estando mais próximas desta realidade do que da América do Norte.

Filipe Domingues explica que a maioria das instituições mundiais que se dedicam ao diálogo com a América Latina, fazem-no num contexto onde incluem as Caraíbas.

⁵ Depoimentos recolhidos por escrito junto do Secretário-Geral do Instituto, Filipe Domingues, a 2 de maio de 2017.

Alguns exemplos de instituições que se referem oficialmente à região como “América Latina e Caraíbas” são: a Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual Cuba não faz parte⁶; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); a Comissão Económica para a América Latina (CEPAL); o Parlamento Latino-Americano e Caribenho; a Fundação EU-LAC, que tem como missão fortalecer e promover a relação entre a UE e os países da América Latina e Caraíbas; a Organização das Nações Unidas; o Banco Mundial.

Segundo o Secretário-Geral do IPDAL, “Acrescenta-se a esta conjuntura global uma questão de posicionamento estratégico do IPDAL e de consciência das Caraíbas constituírem um fator diferenciador conceptual, bem como pragmático: além do Ministério dos Negócios Estrangeiros, evidentemente, o IPDAL é a única instituição em Portugal vocacionada para o diálogo e os intercâmbios com esta região.”⁷

Na página oficial do Instituto lê-se que esta mudança pretende fortalecer, de um modo mais ambicioso, integracionista e abrangente, os laços já sólidos entre o IPDAL e a região. Assim, o Instituto passaria a realizar ainda mais atividades para promover a região da América Latina e Caraíbas⁸ em Portugal, e vice-versa, nos âmbitos económico e empresarial, institucional, académico e cultural.

Segundo o Instituto, a América Latina e Caraíbas são uma região de futuro que poderá desempenhar um papel chave no quadro das relações externas de Portugal. O Secretário-Geral do IPDAL explica que “As Caraíbas são constituídas por micro e pequenos Estados que, em sede de Nações Unidas e de eleições para cargos internacionais, representam um bloco fundamental. Os vários Estados das Caraíbas costumam votar alinhados e consideramos que apostar numa política de aproximação a estes atores, gerando *goodwill* relativamente a Portugal, é um passo importante. Destacam-se, ainda, organizações políticas e mecanismos de integração regional

⁶ Em 1962, a OEA emitiu uma Resolução que excluiu o Governo de Cuba da participação no sistema interamericano, alegando uma incompatibilização do país com os princípios e objetivos da organização. Em 2009, os Ministros das Relações Exteriores dos países membros adotaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09) que cessa a Resolução de 1962 e que deu a Cuba a oportunidade de dialogar para voltar a fazer parte da organização.

⁷ Depoimentos recolhidos por escrito junto do Secretário-Geral do Instituto, Filipe Domingues, a 2 de maio de 2017.

⁸ A região da América Latina e Caraíbas é constituída por 33 países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

relevantes como o CARICOM, o SICA e a Organização dos Estados das Caraíbas Orientais.”⁹

Pelo seu posicionamento, a dispersão no Mar das Caraíbas em frente à América Central e compondo um “arco” entre a Península da Florida e a Venezuela, as Caraíbas detêm também uma posição estratégica importante para as relações com a globalidade do continente americano.

O Instituto, na pessoa do Secretário-Geral, acrescenta ainda que a região das Caraíbas é relevante a nível económico, nomeadamente, em matéria de turismo ou energia (tanto em petróleo e gás como em energias renováveis). Dado que as populações são bastante exíguas, que os consumidores não despertam especial interesse e que muitos destes países dispõem de riquezas naturais, as Caraíbas são, segundo o Secretário-Geral, mais propícias para investimentos, prestação de serviços especializados ou importações do que para exportações de bens e produtos.¹⁰

De facto, observa-se a presença de várias cadeias de hotéis portuguesas, nomeadamente, a cadeia Pestana, em Cuba. Sendo o turismo um dos principais setores da economia cubana, Portugal tem sido pioneiro no investimento nesta área.

A nível académico, a Direção do Instituto releva a importância da *University of West Indies*, instituição de ensino superior que está presente em Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago. Esta Universidade contempla uma oferta académica ampla e neste sentido o alargamento da plataforma continental portuguesa faz com que seja relevante prestar atenção a outros países e instituições com experiência em assuntos marítimos.

Uma vez que estes países já são considerados de rendimento médio, Filipe Domingues acrescenta que muitos países caribenhos são elegíveis para projetos de cooperação para o desenvolvimento, financiados por fundos ou instituições internacionais, que podem ser interessantes para empresas e instituições portuguesas.¹¹

⁹ Depoimentos recolhidos por escrito junto do Secretário-Geral do Instituto, Filipe Domingues, a 2 de maio de 2017.

¹⁰ *Idem*

¹¹ *Idem*

II.2. Missão e objetivos

O principal objetivo do Instituto é aproximar Portugal e a América Latina, sobretudo através da diplomacia económica.

O IPDAL tem como objetivo, desde a sua criação, fortalecer as relações institucionais e empresariais entre Portugal e a América Latina e promover a América Latina em Portugal e Portugal naquela região.

O Instituto pretende também aproximar as Embaixadas latino-americanas dos decisores portugueses e apoiar a internacionalização das empresas portuguesas.

II.3. Atividades e iniciativas

As atividades levadas a cabo pelo IPDAL são sobretudo empresariais, prestando apoio especializado na internacionalização das empresas portuguesas. Através da sua rede de contactos empresariais e oficiais, o IPDAL realiza e acompanha missões de trabalho relacionadas com a América Latina, onde identifica parceiros, clientes, fornecedores, distribuidores, bem como contactos institucionais relevantes, de forma individualizada, para cada empresa portuguesa interessada num processo de internacionalização.

Além das atividades empresariais, o IPDAL atribui grande importância ao setor Institucional, promovendo as Embaixadas da América Latina e das Caraíbas junto das mais variadas organizações e personalidades portuguesas.

O IPDAL realiza iniciativas institucionais, como encontros e almoços com membros do Governo, deputados e outros representantes. A título de exemplo, em 2012 foi realizado um encontro entre a Presidente da Assembleia da República de Portugal, Assunção Esteves, e os Embaixadores dos 13 países latino-americanos com representação diplomática em Portugal. Neste encontro, a Presidente da Assembleia da República tornou evidente a amizade pela América Latina, reconheceu o crescente peso da região latino-americana e evidenciou os laços comuns partilhados por Portugal e pela América Latina.

Este encontro é um exemplo de uma estratégia de sensibilização (*advocacy*) junto do Estado Português, que teve como principal objetivo aproximar os representantes dos países da América Latina de atores com poder de decisão no âmbito legislativo. É de

destacar que o Presidente da Assembleia da República é a segunda figura mais alta do Estado, a seguir ao Presidente da República.

O Instituto organiza também iniciativas académicas, divulgando temáticas, personalidades, acontecimentos e estudos latino-americanos e caribenhos junto das Universidades portuguesas, através da organização de Conferências em diferentes instituições do ensino superior de Portugal.

Mais recentemente foi identificada a oportunidade de começar a promover a América Latina no âmbito cultural. Assim, o IPDAL dedica-se também a atividades neste âmbito, tendo já organizado lançamentos de livros, exposições de pintura, fotografia, joias e artesanato latino-americano e caribenho. A distribuição das atividades do IPDAL pode ser consultada na figura 2 (no final do relatório – página 49).

As temáticas relacionadas com o Atlântico têm igualmente grande importância para o IPDAL, que aposta no fortalecimento e na promoção das relações com o continente africano. A título de exemplo, o Instituto organiza anualmente os Encontros “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África” e os Encontros “América Latina – CPLP”.

As principais atividades organizadas pelo Instituto são:¹²

1. Aproximar empresas e instituições portuguesas da América Latina e Caraíbas;
2. Apoiar as Embaixadas latino-americanas na sua missão em Portugal;
3. Prestar informação atualizada e rigorosa sobre os países da América Latina, bem como sobre as relações entre estes países e Portugal;
4. Organizar cursos, fóruns e seminários sobre a América Latina, com Universidades ou outras instituições portuguesas, europeias, africanas e latino-americanas;
5. Manter contactos privilegiados com governos, empresas, e organizações de países da América Latina;
6. Manter contactos privilegiados com institutos internacionais dedicados ao estudo ou à promoção da América Latina;

¹² Lista de atividades retirada do site do IPDAL: <http://ipdal.org/actividades/> (consultado em 06/04/2017).

7. Discutir e promover as temáticas do Atlântico, bem como as relações entre os países que formam parte do “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”;
8. Apoiar estudos ou projetos de investigação sobre a América Latina;
9. Realizar almoços e debates com figuras de destaque, do mundo empresarial, político, institucional, académico e cultural;
10. Organizar visitas de trabalho ao longo do país para estreitar as relações entre os representantes diplomáticos latino-americanos e Portugal;
11. Sistematizar os interesses e intercâmbios económicos entre Portugal e a América Latina;
12. Participar na organização de visitas de delegações ou personalidades latino-americanas a Portugal;
13. Promover as artes, as tradições e a cultura latino-americana e caribenha em Portugal e no sentido inverso;
14. Estabelecer acordos de cooperação.

Elencadas as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto, resulta evidente que estas se assemelham às atividades descritas por Keck, Sikkink (1999) e também por Hendricks (2011) relativamente à estratégia utilizada para desenvolver ações de *advocacy*. Segundo as autoras, a estratégia utilizada para fazer *advocacy* passa pela realização de fóruns, debates, audiências, encontros, conferências, entre outros eventos que reúnem um número considerável de participantes. Face ao exposto, considera-se que esta abordagem conceptual se adequa à compreensão do objeto deste relatório e à prática do IPDAL.

Todos os anos o IPDAL organiza o Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”, a sua iniciativa mais mediática. Nestes encontros participam membros do Governo de Portugal, Ministros e Secretários de Estado, a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ex-Chefes de Estado, Embaixadores, grandes empresas portuguesas e instituições internacionais.

Face à cada vez maior relevância e mediatismo dos Encontros sobre a triangulação atlântica América Latina – Europa – África e à sua importância para o objeto de estudo

do presente Relatório, o capítulo seguinte tratará esta temática triangular de maneira mais aprofundada, fornecendo uma visão histórica e temática da iniciativa.

III. O Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África

O Encontro “Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África” é um encontro anual, organizado pelo IPDAL, que teve a sua primeira edição em 2012. Esta é a iniciativa mais mediática organizada pelo Instituto e um fórum privilegiado de discussão sobre temas do Atlântico, realizado em Lisboa.

Segundo Paulo Neves, Presidente do Instituto, a iniciativa tem como objetivo identificar processos de melhoria nas relações entre os três continentes atlânticos: a América Latina, a Europa e a África. O Presidente acrescenta que esta discussão tem sido feita “no sítio mais apropriado e mais central desta triangulação atlântica: a capital de Portugal” (IPDAL. Policy Paper V Encontro, 2016, sn).

Paulo Neves aludiu ainda às relações históricas, culturais, diplomáticas e de amizade entre Portugal e a América Latina: “um continente de oportunidades para Portugal”. Com o continente africano, o nosso país tem “uma relação muito forte e de grande amizade”, “relações exemplares”, como fez questão de referir, mencionando que “este triângulo virtuoso de oportunidades oferece cada vez mais um potencial ímpar que deve ser debatido e identificado pelos vários representantes políticos, académicos, empresariais e pelas sociedades civis dos três continentes” (IPDAL. Policy Paper V Encontro, 2016, sn).

No VI Encontro, realizado em abril de 2017, o Presidente do Instituto reforçou a importância desta triangulação continental, uma vez que congrega 2500 milhões de pessoas e 133 países. O IPDAL considera, portanto, que esta triangulação representa um mar de oportunidades e acrescenta que “somos maiores em mar, do que em terra e temos uma dimensão atlântica enorme.”¹³

Com o objetivo de contribuir para a resposta à pergunta de investigação que orienta o presente relatório de estágio – *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?* – considera-se adequado fazer uma breve análise da política externa da União Europeia e da política externa portuguesa para a região da América Latina e de África.

¹³ Notas da autora recolhidas no VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Caraíbas – Europa – África, realizado em abril de 2017.

O presente capítulo tem, pois, como objetivo enquadrar o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África nas prioridades da política externa da União Europeia e da política externa portuguesa.

III.1. O Triângulo Estratégico e a política externa da União Europeia

Como refere o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, “Portugal afirma-se, primeiro do que tudo, como Estado-membro da União Europeia (...) na linha da frente da integração europeia e ator que se quer relevante do processo de decisão europeu” (Santos Silva, 2016, p.6). Assim, considera-se imprescindível olhar para a política externa da UE para as regiões da América Latina e de África para enquadrar e perceber a política externa portuguesa relativamente às regiões que compõem o triângulo.

Segundo Federica Mogherini, Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança "The people of Latin America, the Caribbean and Europe have a long history of common aspirations...nowadays, we share a wish for peace and prosperity that our cultural and historical roots have helped to strengthen from generation to generation" (European Union External Action, 2017, sn)

Quando se analisam as prioridades da política externa da UE para os dois vértices do triângulo, aplicando os conhecimentos provenientes da componente letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais torna-se imperativo destacar o mecanismo de cooperação regional UE-CELAC, o projeto do Mercosul e a Estratégia Conjunta África-UE.

No âmbito da cooperação entre a Europa e os países da América Latina foi criada, em 2010, a UE-CELAC, um mecanismo de cooperação entre a Europa e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos. Este é um mecanismo de cooperação regional criado para aumentar o diálogo político e a cooperação entre a Europa e os 33 países da América Latina e das Caraíbas. As relações no contexto da UE-CELAC são desenvolvidas maioritariamente através de cimeiras, reuniões entre altos funcionários e iniciativas que têm como temas, nomeadamente, o ensino superior, os intercâmbios (como por exemplo a introdução do programa Erasmus + nos países da América Latina e Caraíbas), as migrações, a coordenação e a cooperação para o combate ao narcotráfico e,

ainda, a sustentabilidade e a inclusão social entre as regiões (European Union External Action, 2017, sn).

Segundo o Serviço de Ação Externa da União Europeia, o caráter económico da relação entre a União Europeia e a região latino-americana e caribenha tem vindo a aumentar nos últimos dez anos. A UE é o segundo maior parceiro comercial, o primeiro investidor e o principal parceiro de desenvolvimento desta região (European Union External Action, 2017, sn).¹⁴

Hoje estão em vigor vários Acordos de Parceria Económica com a região latino-americana e caribenha e a UE tem vindo a negociar um acordo comercial com os quatro membros fundadores do Mercosul.

O Mercosul é um processo de integração regional criado pela Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai em 1991, a que posteriormente aderiram a Venezuela e a Bolívia, este último ainda em processo de adesão. Este projeto tem como objetivo principal propiciar um espaço comum capaz de gerar oportunidades comerciais e investimentos através da integração das economias nacionais ao mercado internacional. Como resultado foram estabelecidos múltiplos acordos comerciais, políticos ou de cooperação com diversos países e organismos dos cinco continentes. A UE é exemplo desta cooperação internacional, uma vez que tem vindo a incentivar o reforço deste projeto e a apoiar as suas iniciativas. A título de exemplo destaca-se o Acordo de Cooperação Interinstitucional, assinado em 1992, que prevê colocar à disposição do Mercosul a experiência europeia em matéria de integração regional, dando origem a um intenso trabalho de cooperação e a inúmeros contactos entre autoridades das duas regiões (European Commission, 2017, sn).

Atualmente, a UE está a negociar um acordo comercial, *The Mercosur Free Trade Agreement*, com os quatro membros fundadores do Mercosul. As atuais negociações têm vindo a tratar temas como as tarifas alfandegárias, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, serviços, contratação pública, propriedade intelectual, desenvolvimento sustentável e pequenas e médias empresas (European Commission, 2017, sn).

¹⁴ O primeiro parceiro comercial da região da América Latina e Caraíbas são os Estados Unidos da América (World Integrated Trade Solution, 2017, sn).

Importa ainda destacar que a 13 de setembro de 2017 foi aprovada uma resolução do Parlamento Europeu sobre as relações políticas da UE com a América Latina. O documento começa por destacar que o novo cenário geopolítico reforça a região da América Latina e Caraíbas como uma prioridade estratégica e uma oportunidade para a política externa da UE, dado que ambas as regiões partilham uma visão comum do mundo baseada no multilateralismo, no diálogo, na sustentabilidade, no Estado de Direito, no respeito pelos direitos e em sociedades abertas e inclusivas (European Parliament, 2017, sn).

A resolução envia ainda uma mensagem de defesa da democracia e da paz, reiterando o apoio ao processo de paz na Colômbia, como passo fundamental para o futuro dos colombianos e para a estabilização da região. Expressa também a sua preocupação com a atualidade socioeconómica e política da Venezuela (European Parliament, 2017, sn).

No âmbito da política externa europeia para África realça-se também a relação entre a União Europeia e a União Africana. Esta última é composta por todos os países do continente africano e é uma organização que tem como objetivo promover a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos, coordenar e intensificar a cooperação entre Estados, de modo a melhorar a qualidade de vida do povo africano, defender a soberania, integridade e independência do território africano, erradicar o colonialismo e promover a cooperação internacional, tendo em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.¹⁵ A União Europeia tem tido um papel fundamental na ajuda desta organização. A título de exemplo destaca-se a Estratégia Conjunta África-UE adotada em 2007, enquanto canal formal para as relações da UE com os países africanos, que tem como objetivo reforçar a parceria entre a UE e África para responder de maneira conjunta a desafios como a segurança, a migração, o desenvolvimento, o ambiente e promover a paz, segurança, democracia, direitos humanos, liberdades fundamentais e igualdade de género (Conselho Europeu, 2017, sn).

Desde a sua adoção, em 2007, a parceria tem aprofundado e alargado a cooperação entre a União Europeia e África. Hoje, este é o principal instrumento para os dois

¹⁵ Carta Fundadora da União Africana: https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-sl-oau_charter_1963_0.pdf (consultado em 02/10/2017).

continentes darem corpo a uma visão conjunta de prosperidade e paz partilhadas, ao serviço das populações europeias e africanas.

A Estratégia Conjunta África – UE é executada por meio de planos de ação periódicos. Durante a 4ª Cimeira UE-África, a 2 e 3 de abril de 2014, foi aprovado o roteiro para 2014-2017 que fixa cinco grandes prioridades e domínios de ação conjunta: 1) Paz e segurança; 2) Democracia, boa governação e direitos humanos; 3) Desenvolvimento Humano; 4) Desenvolvimento sustentável e inclusivo, crescimento e integração continental; 5) Assuntos globais e emergentes (Conselho Europeu, 2017, sn).

A 4 de maio de 2017 a Alta Representante da UE para a Política Externa e de Segurança e a Comissão Europeia emitiram uma comunicação conjunta sobre uma nova dinâmica da Parceria África-UE (European Commission, 2017, sn). Esta comunicação propõe uma nova ação conjunta que a UE e os Estados-membros irão apresentar na próxima cimeira, prevista para novembro de 2017, e que poderá ser refletida no roteiro para 2018-2020. A nova dinâmica da Parceria África-UE trata temas como a paz e a segurança, o fortalecimento dos sistemas de Governo, a gestão da migração e da mobilidade, a atração de investimentos responsáveis e sustentáveis, a potencialização dos recursos energéticos em África, a transformação da agricultura africana e o avanço nos conhecimentos e na competência da população do continente africano.

Do estudo efetuado ao longo do capítulo, importa salientar que apesar de as regiões da América Latina, Caraíbas e de África serem prioridades da política externa da União Europeia, as regiões não são vistas num plano triangular como é proposto pelo IPDAL e pela dinâmica triangular “América Latina – Europa – África”. Resulta evidente que as relações entre os vértices se fazem maioritariamente através de planos bilaterais, ou seja, União Europeia-América Latina/Caraíbas, União Europeia-África.

III.2. O Triângulo Estratégico e a política externa portuguesa

Como refere Nuno Severiano Teixeira (2010) “País europeu, Portugal é também um país atlântico. Pequena potência semiperiférica e com uma só fronteira terrestre, Portugal viveu, sempre, um equilíbrio instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima” (Severiano Teixeira, 2010, p.51). Desta posição geopolítica e deste contínuo equilíbrio decorrem movimentos de longa duração que foram definindo permanências na política externa portuguesa até aos dias de hoje.

Ao observar o enquadramento histórico da política externa portuguesa, analisando os três modelos de inserção internacional elencados por Nuno Severiano Teixeira (2010), correspondentes a três períodos históricos diferentes - o modelo do Portugal Medieval (até ao séc. XV), o modelo clássico ou histórico (do séc. XV até o período compreendido entre 1974 e 1986) e o modelo que se começa a desenhar com o processo de democratização de Portugal e com a sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE) - observa-se uma clara evolução da política externa portuguesa e de como esta se foi desenvolvendo e definindo ao longo dos anos.

Através da análise de Nuno Severiano Teixeira (2010) observa-se que, principalmente a partir do séc. XV, Portugal começou a procurar um equilíbrio entre a pressão continental vinda de Espanha e a procura de uma compensação marítima no Atlântico, nomeadamente, através da aliança privilegiada com a potência marítima (a Aliança inglesa, os Estados Unidos da América e a NATO) e do projeto imperial (a Índia, o Brasil e a África). De facto, neste período histórico verifica-se um claro afastamento da Europa e um predomínio da opção atlântica e colonial. No entanto, após 1974, a transição da ditadura para o regime democrático resultou numa total redefinição da política externa e a de Portugal começou a desenvolver-se nos seus traços fundamentais. A este respeito Nuno Severiano Teixeira (2010, p.53) refere que “A transição para a democracia e a consolidação democrática em Portugal e na Espanha e a própria evolução internacional conduziram, em apenas doze anos (1974-1986), ao desaparecimento deste modelo histórico de inserção internacional de Portugal, velho de cinco séculos”.

Após o fim do período pré-constitucional, dominado pelo processo revolucionário e quando Portugal iniciou a fase de consolidação democrática, correspondente ao período constitucional, torna-se evidente uma clarificação da política externa portuguesa e uma definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo do Estado (Severiano Teixeira, 2010, p.54).

Portugal afirma-se, assim, como um país Ocidental, simultaneamente europeu e atlântico, e estes passam a ser os dois vetores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático. O vetor atlântico caracteriza-se pela continuação das alianças atlânticas históricas, anteriormente referidas. O vetor europeu, por sua vez, é uma novidade na política externa portuguesa e é caracterizado pela adesão de Portugal à CEE em 1986.

Outro aspeto a realçar é o terceiro vetor da política externa do Portugal democrático, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e as relações com o Brasil. “Se à opção europeia e ao vetor atlântico acrescentarmos o estabelecimento de relações de amizade e cooperação com os novos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (PALOP) e o renovar das relações com o Brasil, encontraremos aquelas que são as linhas, fundamentais, de orientação estratégica da política externa da democracia (Severiano Teixeira, 2010, p.54).

Tiago Moreira de Sá refere que “(...) factores como a sua localização geográfica, os recursos que esta lhe proporciona (ou a falta deles), a distribuição de poder global ou regional (e a interacção entre as duas), mas também a identidade cultural que se foi criando ao longo de séculos, e que nos contextos europeu ou ocidental e da lusofonia dá novos contornos aos anteriores no desenvolvimento das suas relações para lá da sua esfera de proximidade mais imediata, têm resultado na consolidação das grandes constantes da política externa portuguesa, sem que as contingências da política doméstica, incluindo as mudanças de regime, tenham, salvo raras excepções, intervindo decisivamente enquanto elementos de ruptura” (Moreira de Sá, 2015, p.15).

Assim, as grandes constantes da política externa portuguesa refletem-se nos três vetores essenciais da política externa portuguesa atual: o europeu, o atlântico e o lusófono, vetores coincidentes com a situação geográfica e com a herança histórica e cultural de Portugal.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, reafirma a existência de três eixos fundamentais na sua intervenção no Seminário Diplomático a 4 de janeiro de 2017, quando alega que a União Europeia, a ligação transatlântica, a “lusofonia” e o elo especial com as comunidades residentes no estrangeiro constituem as principais estratégias da política externa do país (Santos Silva, 2017, sn).

Importa ter presente a importância e a centralidade do eixo europeu na atualidade. Segundo Tiago Moreira de Sá, “Tal não quer dizer que os outros eixos se tenham tornado irrelevantes, longe disso. Mas a Europa cada vez mais se apresenta como o centro em torno do qual se movem as grandes questões da política externa, mas também interna, portuguesa, sendo aí mesmo que se dá a confluência do conjunto dos eixos de inserção internacional” (Moreira de Sá, 2015, p.16).

Contudo, como refere o Ministro dos Negócios Estrangeiros, “(...) ao mesmo tempo que pertencemos de corpo inteiro à Europa e ao Atlântico Norte, cultivamos pontes, ancoradas na história e renovadas e aprofundadas no presente, com África, o Brasil, a Ásia Oriental, e falamos fluentemente a preciosa língua do multilateralismo político e do encontro entre as civilizações” (Santos Silva, 2016, p.5,6).

Ao observar o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa para 2014-2020¹⁶, mais concretamente o capítulo destinado à cooperação portuguesa na política externa, encontramos novamente referidos os três pilares definidores desta política. Segundo o documento oficial “A política externa portuguesa assenta em três pilares estratégicos: integração europeia, relação transatlântica e espaço lusófono.”

Relativamente ao espaço lusófono, o documento acrescenta ainda que este pilar está assente em laços culturais e afetivos comuns, bem como em matrizes histórico-culturais, linguísticas e jurídicas semelhantes. “Neste contexto, a língua portuguesa enquanto património comum e idioma global, tem um significativo potencial económico, onde novos polos de crescimento, recursos e ideias, pensam e falam em português” (Governo de Portugal, 2014, p.11).

O vetor lusófono, caracterizado pela expansão marítima intercontinental portuguesa, assume um papel de relevo. Neste âmbito, a CPLP, constituída por um bloco de países marcado pelos elos da cultura e da língua, é um objetivo primacial da presente legislatura que pretende desenvolver a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, contribuindo para o fortalecimento, nela, de um pilar da cidadania (Santos Silva, 2017). O Ministro dos Negócios Estrangeiros alega na sua intervenção no Seminário Diplomático de 2016 (Santos Silva, 2016) que a CPLP pode e deve evoluir, acrescentando

¹⁶ Documento de orientação estratégica da cooperação portuguesa, elaborado pelo Governo de Portugal, para o período 2014-2020 que define as prioridades, no plano bilateral e multilateral, em torno de uma política comum de cooperação.

ao plano da cooperação entre Estados o da colaboração entre sociedades civis, e assim, erguer um novo pilar de cidadania, que consagre e reconheça direitos aos nacionais de qualquer Estado-membro, no espaço desta Comunidade.

No que respeita ao vetor atlântico da política externa portuguesa, este tem como prioridades a “comunidade de segurança do Atlântico Norte, o Brasil e a América do Sul, Marrocos, Angola e a África Austral e os arquipélagos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe” (Moreira de Sá, 2015, p.64). Esta região distingue-se ainda pela forte presença da língua portuguesa e pela herança cultural comum.

Como refere o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, na sua participação no V Encontro sobre o Triângulo Estratégico, uma das coordenadas da política externa portuguesa é o domínio transatlântico que é constituído não só pela relação com a América do Norte, mas também com a América Latina. O Presidente da República tornou ainda evidente que o oceano e a realidade triangular são uma prioridade da política externa portuguesa.¹⁷

O Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África insere-se, pois, no vetor atlântico e lusófono da política externa de Portugal e assume-se como uma prioridade externa do país. Tiago Moreira de Sá (2015, p.88) refere na sua obra denominada “Política Externa Portuguesa” a importância da triangulação continental quando destaca que “Portugal pode voltar a ser estrategicamente relevante nos espaços em que se insere, fazendo-se motor da unificação do Atlântico ao saber tirar partido das suas relações privilegiadas com duas das suas potências emergentes”. Existe, portanto, um triângulo estratégico entre Portugal, Angola e o Brasil que deve ser objeto de maior interesse para a política externa portuguesa, uma vez que une três continentes de dois lados do Atlântico e que tem Portugal como *hub* e elo de ligação.

Augusto Santos Silva reafirma que “aprofundar a relação triangular com o Brasil e o Cone Sul de África constituem o terceiro objetivo maior da nossa política externa” (Santos Silva, 2016, p.13). Este aprofundamento da relação triangular deve ser feito, segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, através da incrementação da relação com

¹⁷ A intervenção do Presidente da República de Portugal no V Encontro Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África pode ser vista, na íntegra, no site da Presidência da República Portuguesa: <http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=107641> (consultado em 04/10/2017).

o Brasil, consolidando a relação com Angola e valorizando mais o papel da relação com Moçambique.

Do estudo efetuado ao longo do capítulo resulta evidente que, à semelhança da política externa da União Europeia, também a política externa portuguesa tem como prioridades externas a região da América Latina, Caraíbas e de África por motivos históricos e culturais que unem Portugal às duas regiões. No entanto, importa salientar que estas relações são feitas em planos bilaterais (União Europeia-América Latina/Caraíbas, União Europeia-África), sendo Portugal o elo de ligação e o motor da unificação do Atlântico.

III.3. Histórico de eventos

Desde o I Encontro do Triângulo estratégico, realizado em 2012, que a iniciativa organizada pelo IPDAL tem ganho cada vez mais mediatismo e atenção por parte de várias instituições nacionais e internacionais. Ao analisar os *policy papers* elaborados posteriormente aos Encontros já organizados, encontram-se intervenções de Presidentes da República, Ministros, Embaixadores dos três continentes e de investigadores que evidenciaram, em todas as iniciativas, a importância da revalorização do Atlântico e dos encontros realizados pelo IPDAL.

Ao analisar todos os *policy papers*, desde o I até ao VI Encontro América Latina – Europa África (de 2012 a 2017), verifica-se uma enorme evolução a nível de conteúdo programático, assim como no número de personalidades e oradores que estão presentes neste fórum de diálogo.

Os Encontros sobre o Triângulo estratégico têm abordado vários temas, como por exemplo as relações comerciais, empresariais, académicas e culturais entre os três vértices, a revalorização do Atlântico, uma maior cooperação Sul-Sul, oportunidades de investimento e a valorização da língua.

É de destacar que desde o III Encontro, que teve lugar em 2014, o Instituto tem vindo a contar com o Alto Patrocínio do Presidente da República, o que veio enaltecer e dignificar a iniciativa.

No IV Encontro, realizado em 2015, o anterior Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, considerou Portugal um fator de aproximação entre povos e culturas latino-

americanas e africanas e o vértice por excelência deste triângulo. O ex-Presidente da República considerou ainda que esta relação triangular não se esgota na História e que se projeta no futuro com benefícios mútuos (IPDAL. Policy Paper IV Encontro, 2015, p.4).

Bernardo Pires de Lima considerou, na sua intervenção durante o Encontro de 2015, que a Europa precisa de investir mais e melhor em África e na América Latina, de modo a que se projete nestes continentes boa governação, *know-how*, qualificação e standards democráticos (IPDAL. Policy Paper IV Encontro, 2015, p.10).

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, no V Encontro sobre o Triângulo Estratégico referiu que uma das coordenadas estáveis da política externa portuguesa é o domínio transatlântico e anunciou ainda a sua intenção de dar “passos concretos” neste processo de integração, o que passa por um reforço das missões empresariais, mas também dos laços económicos e financeiros.

Os Embaixadores decanos de cada região (Europa-Chipre, África-Marrocos, América Latina- Colômbia) sublinharam os laços históricos e culturais como fator essencial de identidade e de união, determinante no estabelecimento de acordos de parceria (IPDAL. Policy Paper V Encontro, 2016, sn).

O segundo dia do V Encontro foi inaugurado por António Guterres. O atual Secretário-Geral das Nações Unidas declarou, numa mensagem de vídeo, que o Triângulo é uma “prioridade estratégica fundamental para Portugal” e enfatizou a relevância do desenvolvimento de relações multilaterais na gestão de problemas mundiais. Por estas razões, garantiu que “o Triângulo é uma esperança para a Humanidade” (Policy Paper V Encontro, 2016, sn).¹⁸

No Encerramento, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, fez um apelo ao reforço da cooperação, no qual Portugal deve “manter o protagonismo ao mais alto nível”. As questões das línguas e da mobilidade académica foram igualmente referidas como prioritárias pelo Ministro, de modo a garantir o reforço dos laços do Triângulo Estratégico. Neste contexto, “cooperar na cooperação” destacou-se como um dos principais objetivos (Policy Paper V Encontro, 2016, sn).

¹⁸ A mensagem vídeo de António Guterres pode ser vista, na íntegra, na página do IPDAL: <http://ipdal.org/antonio-guterres-considera-triangulo-estrategico-uma-prioridade/> (consultado em 04/10/2017).

III.4. O VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Caraíbas – Europa – África

O VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Caraíbas – Europa – África teve lugar nos dias 18 e 19 de abril de 2017, na Sede da Caixa Geral de Depósitos.

Este ano o Encontro mudou de nome, tal como o Instituto, e passou a significar “América Latina e Caraíbas – Europa - África”. Por este motivo, o Encontro contou com a presença de vários representantes diplomáticos das Caraíbas, nomeadamente o Embaixador de Belize em Bruxelas e a Diretora-Geral da Organização de Estados das Caraíbas Orientais. Os representantes mostraram-se bastante satisfeitos por poderem estar presentes na conferência e afirmaram que, dada a posição central das Caraíbas no Atlântico, a presença de representantes caribenhos faz todo o sentido nesta iniciativa. A Embaixadora Len Ishmael, Diretora-Geral da Organização de Estados das Caraíbas Orientais, acrescentou ainda que a presença dos representantes caribenhos neste evento representa um enorme avanço.

A iniciativa contou com a presença de uma vasta audiência e teve uma ampla cobertura mediática, com reportagens e artigos na imprensa, nomeadamente no Diário de Notícias (cf. Anexo 2).

O Encontro contou ainda com variadíssimos e extensos painéis sobre: Globalização; o Atlântico como fator de união entre povos; cooperação para o desenvolvimento e a educação: integração política, diplomática e económica; Portugal no contexto do Triângulo Estratégico; parcerias em financiamento e infraestruturas e com uma panóplia de oradores.

No primeiro painel, “O Atlântico – fator de União entre povos”, os oradores realçaram a unidade natural que existe entre os vértices do Triângulo, com uma história e uma cultura em comum. No entanto, muitas intervenções realçaram que é imperativo reinventar a unidade do Atlântico e apostar numa ação e intervenção maiores, optando por um maior pragmatismo.¹⁹

¹⁹ Notas da autora recolhidas no VI Encontro Triângulo Estratégico América Latina e Caraíbas – Europa – África, realizado em abril de 2017.

No painel sobre “Integração política, diplomática e económica” foram enunciados alguns mecanismos de integração que já existem entre os vértices, nomeadamente o MERCOSUL, a Fundação EU-LAC, a Cimeira América do Sul- África (ASA) e discutidas várias maneiras de aumentar a integração entre os vértices do triângulo, nomeadamente através da diplomacia (inter)parlamentar, uma maior integração de África, uma forte aposta no transporte e na logística, de modo a construir projeto comum e a aumentar a integração através de uma partilha intercontinental, aproveitando as potencialidades do oceano.

O painel dedicado a “Portugal no contexto do Triângulo Estratégico” elucida-nos sobre a importância de Portugal nesta triangulação, uma vez que, segundo Bernardo Pires de Lima, Portugal é defensor da democracia liberal, promotor da segurança marítima, ponto de entrada de energia para a Europa, principalmente de energia vinda dos Estados Unidos da América (EUA), e é um mercado único em ascensão nos domínios da energia e da economia digital.

Ao fim de dois dias de debate e de uma enorme troca de ideias sobre a relação triangular entre os três vértices, destacam-se as seguintes conclusões institucionais: Portugal deve apostar mais na União Africana, estar mais atento à Aliança do Pacífico, alinhar com o projeto do Mercosul (Portugal deve juntar-se aos outros países europeus que querem criar um acordo UE-Mercosul), ter uma definição clara do seu papel atlantista na UE, apostar na diplomacia aérea através da TAP Portugal, ter maior presença nas multinacionais, uma vez que um aumento do papel acionista em empresas internacionais resultará num crédito superior para as empresas portuguesas. O país também deve apostar cada vez mais na defesa da língua portuguesa, aumentar a cooperação Sul-Sul e o papel de Portugal nesta relação, definir uma estratégia de união do Atlântico, criar um portal informativo com notícias dos países da CPLP, aumentar o número de países latino-americanos como membros-observadores da CPLP e, principalmente, transformar o “romantismo” em pragmatismo.

Do estudo efetuado ao longo do capítulo, através da análise da evolução da atividade do Instituto no âmbito do Triângulo Estratégico, importa salientar que o aumento da participação e o maior mediatismo dos Encontros do Triângulo Estratégico, bem como a evolução no sentido de representantes *high politics*, são exemplos claros do resultado da estratégia de *advocacy* utilizada pelo Instituto. A escolha dos temas a serem

debatidos durante o fórum é também uma estratégia de *advocacy*, uma vez que procura sensibilizar os oradores e o público presentes na iniciativa.

Face ao exposto, torna-se evidente que a estratégia utilizada pelo IPDAL recorre a instrumentos de *advocacy* e pode considerar-se bem-sucedida, pois foi consolidando a capacidade de captar uma crescente atenção por parte das elites de política externa para o tema, aproveitando igualmente a prioridade atribuída aos três continentes do Triângulo nas relações externas de Portugal.

IV. Atividades realizadas durante o estágio

IV.1. Eventos

Uma das atividades mais frequentes realizada durante o estágio curricular consistiu na organização de eventos de carácter empresarial, institucional, académico e cultural, bem como na preparação de apresentações, discursos e materiais, conforme necessário. De seguida apresenta-se uma listagem dos eventos organizados pelo IPDAL nos quais estive presente, bem como uma breve descrição de cada um e do papel desempenhado por mim.

Entrega do prémio IPDAL- Vista Alegre ao anterior Embaixador do Brasil em Portugal, Mário Vilalva (28 de setembro de 2016)

O prémio IPDAL-Vista Alegre homenageia entidades e personalidades que se tenham distinguido na promoção da América Latina e no fortalecimento das suas relações com Portugal, bem como aquelas que manifestaram maior entusiasmo e empenho nas atividades do Instituto. Esta distinção premeia ainda os Embaixadores latino-americanos que o Instituto considera terem sido excepcionais no desempenho das suas funções em Lisboa.

No âmbito da organização da entrega do prémio IPDAL-Vista Alegre ao anterior Embaixador do Brasil em Portugal, em setembro de 2016 enviei convites para uma seleção de convidados, feita pela Direção do Instituto. Para além dos convites, nos dias anteriores ao evento contactei todos os convidados cuja presença estava pendente, para confirmar a sua presença.

No dia do evento, dia 28 de setembro de 2016, no Grémio Literário, ajudei na receção e integração dos convidados na receção de entrega do prémio ao Embaixador Mário Vilalva, que terminou a sua missão em Portugal no mês de setembro. Ajudei também na montagem da sala e na organização dos materiais.

Reunião entre Embaixadores da América Latina e Secretária-Geral Ibero-americana, Rebeca Grynspan (11 de outubro de 2017)

No dia 11 de outubro de 2017, no Grémio Literário, o Instituto e a Secretaria-Geral Ibero-americana, organização internacional que reúne todos os países da América Latina, Portugal, Espanha e Andorra, promoveram um encontro com a Secretária-Geral da organização, que esteve em Portugal para dar a conhecer o tema da XXV Cimeira Ibero-americana, a qual teve lugar nos dias 28 e 29 de outubro, na Colômbia. No fim da reunião foi entregue à Secretária-Geral o *policy paper* com as recomendações do V Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”, realizado em maio de 2016. A Secretária-Geral esteve presente no V Encontro do Triângulo Estratégico, iniciativa que contou também com a presença do Presidente da República e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e que voltou a reunir, em Lisboa, um conjunto de especialistas e decisores dos três continentes.

No âmbito do encontro com a Secretária-Geral da SEGIB, ajudei na organização e logística, através de diversas atividades, nomeadamente, a confirmação de presença dos convidados e a preparação da sala da reunião, bem como a receção de todos os participantes.

Bazar Diplomático (18 e 19 de novembro de 2016)

Nos dias 18 e 19 de novembro o IPDAL participou no Bazar Diplomático, uma iniciativa de solidariedade que reúne Embaixadas e organismos internacionais residentes em Lisboa.

Cuba, República Dominicana, Argentina, Uruguai e Honduras foram os países representados no stand do IPDAL. Venderam-se peças de artesanato, quadros, bebidas típicas, *empanadas*, *alfajores*, entre outros produtos tradicionais destes países.

No âmbito do evento, ajudei na preparação e angariação dos materiais, na organização e disposição do stand e na venda dos produtos.

Participação do IPDAL no Portugal Exportador (23 de novembro de 2016)

O IPDAL participou no Portugal Exportador 2016, a maior iniciativa de internacionalização em Portugal. Neste evento, o Instituto organizou um Café Temático subordinado ao tema “América Latina – um continente de oportunidades” que contou com a presença de Embaixadores e de inúmeras empresas que deram o seu testemunho sobre investimento na América Latina

No âmbito do café temático, elaborei cartas-convite destinadas a várias empresas e também aos Embaixadores de Cuba, Uruguai e Paraguai que participaram neste encontro e deram uma breve explicação das oportunidades de investimento nos seus países. Ajudei também em toda a logística e prestei assistência durante o evento.

Seminário “Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos” (25 de janeiro de 2017)

No dia 25 de janeiro de 2017, o IPDAL coorganizou com o banco BBVA uma iniciativa para apresentar, a grandes empresas portuguesas, os principais projetos de desenvolvimento de um conjunto de países latino-americanos.

Neste seminário que teve lugar na Associação Comercial do Porto, anfitriã e parceira do seminário, estiveram presentes o Secretário de Estado da Internacionalização, Jorge Costa, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro, bem como o anterior Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Miguel Frasquilho.

No âmbito deste evento, os embaixadores da Argentina, Cuba, Peru e Uruguai, acompanhados pelo Presidente da Câmara de Comércio Luso-Colombiana, explicaram os mais importantes investimentos que os respetivos países têm em carteira para os próximos anos.

A minha contribuição para este Seminário passou por organizar as confirmações das empresas que iriam estar presentes, falar com associações parceiras para estas convidarem os seus associados e, no próprio dia, acompanhar o Presidente e Secretário-Geral do Instituto ao Porto, de modo a acompanhar e ajudar na logística do evento, nomeadamente a organização da sala, impressão dos programas e de marcadores de mesa, encaminhamento de pessoas e toda a ajuda necessária durante o evento.

XI Aniversário IPDAL (26 de janeiro de 2017)

No dia 26 de janeiro, a cerimónia que assinalou os 11 anos do Instituto teve como convidada de honra a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, que sublinhou a importância das relações entre Portugal e a América Latina, destacando o papel do IPDAL no centro desta dinâmica.

Neste evento, o IPDAL homenageou, com o Prémio IPDAL-Vista Alegre, a Câmara Municipal de Cascais, na pessoa do Presidente, Carlos Carreiras, e a *Fundación Iberoamericana Empresarial*.

Na receção oferecida ao Corpo Diplomático estiveram presentes embaixadores e diplomatas da América Latina, Europa, África, Ásia e América do Norte, a atual Secretária-Executiva da CPLP, deputados da Assembleia da República, altos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, empresários, académicos, jornalistas e amigos do Instituto.

No âmbito do aniversário do IPDAL fiquei responsável pela lista de confirmações de todos os convidados e pela organização da sala para o evento, bem como pela elaboração do CV de Carlos Carreiras e de informação sobre a *Fundación Iberoamericana Empresarial* para a elaboração do discurso proferido pela direção do Instituto, durante o aniversário.

IV.2. Comunicação externa

Durante o estágio curricular desenvolvi vários projetos, com vista a apoiar a comunicação externa do Instituto.

Num primeiro momento, contribuí para a elaboração do Dossier Memória Anual de Atividades do ano de 2016, para entregar aos patrocinadores do Instituto. As notícias foram recolhidas do site do IPDAL e resumidas num parágrafo. No âmbito deste Dossier redigi também a nota de introdução. O dossier inclui todas as atividades desenvolvidas em 2016, as atividades do segundo semestre desse ano e, ainda, as atividades confirmadas para o primeiro semestre de 2017 para entregar aos patrocinadores do Instituto.

Elaborei também um PowerPoint para uma apresentação, na Universidade Europeia, sobre as Conclusões da XV Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Tal PowerPoint inclui uma breve história das Cimeiras e um resumo da

Declaração de Cartagena, declaração final emitida sempre no fim das Cimeiras com conclusões e objetivos (cf. Anexo 3).

Em dezembro de 2016, elaborei a Newsletter do IPDAL onde constam os eventos mais importantes, os links para as respetivas notícias no site do Instituto e um cartão de boas festas. Depois de finalizada, enviei para toda a base de dados do Instituto (cf. Anexo 4).

Em fevereiro deste ano, comecei a redigir os convites para o VI Encontro Triângulo Estratégico, em espanhol, para enviar para os parceiros do IPDAL em Madrid. Também neste mês, elaborei um PowerPoint sobre as relações diplomáticas, comerciais e de investimento entre Portugal e as Caraíbas para ser apresentado no I Encontro Portugal-Caraíbas, que teve lugar no dia 20 de abril de 2017 (cf. Anexo 5).

No âmbito da participação do IPDAL na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu de 15 a 19 de março deste ano na Feira Internacional de Lisboa, elaborei cartas convite, em espanhol e em inglês, para os Embaixadores das Caraíbas a solicitar a participação dos países caribenhos no evento, através do envio de material promocional.

IV.3. Recolha e tratamento de informação

Durante a frequência do estágio, realizei várias pesquisas com o objetivo de apoiar a ação do Instituto e ajudar na prossecução dos seus objetivos. Esta tarefa envolveu a pesquisa, análise e seleção de conteúdos de várias fontes de informação.

Num primeiro momento fiz uma pesquisa sobre instituições que fazem o mesmo que o IPDAL, mas noutros países, nomeadamente em Marrocos e em Paris, para o Instituto procurar parcerias e também para estar atento às atividades desenvolvidas por instituições semelhantes.

Foi também elaborado um resumo de um artigo de Carlos Malamud sobre a situação política e social na Venezuela e recolhida informação sobre a relação Portugal-Cuba para, posteriormente, o Secretário-Geral do Instituto escrever um artigo para o jornal Público (cf. Anexo 6).

No âmbito da assinatura do Acordo de Paz entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), recolhi informação sobre o Acordo e o processo de ratificação.

Neste âmbito, no dia 2 de outubro de 2016, na Colômbia, foi elaborado um plebiscito que tinha como objetivo perguntar se o povo colombiano aceitava, ou não, o acordo de paz com as FARC. O “não” ganhou ao “sim” por meio ponto percentual. Após este resultado, recolhi alguns artigos de opinião sobre a recusa do Acordo de Paz na Colômbia, os quais tentavam explicar o porquê desta decisão eleitoral (cf. Anexo 7).

Redigi ainda um resumo do relatório do Banco Mundial sobre as projeções para a América Latina que afirma que o comércio é vital para o crescimento da região.

Foram também elaborados vários outros resumos, nomeadamente das principais conclusões da XXV Cimeira Ibero-americana, do artigo de opinião escrito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, na edição do Público do dia 3 de outubro de 2016, denominado “A Europa, a América Latina, e Portugal”, onde o Ministro destaca o papel do IPDAL (cf. Anexo 8), de vários relatórios económicos sobre a região, nomeadamente o relatório anual da CEPAL sobre as economias da América Latina e do Caribe.

Uma vez que o IPDAL mudou de nome e passou a designar-se Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas, o Instituto aproximou-se dos representantes diplomáticos dos países das Caraíbas. Assim, o Secretário-Geral do Instituto teve uma reunião em Bruxelas com os Embaixadores das Caraíbas junto da UE e no âmbito desta reunião entrei em contacto com a Assessora da Embaixadora da Jamaica em Bruxelas, que organizou a reunião, pedi uma lista de presenças e, de seguida, elaborei breves currículos de todos os Embaixadores e diplomatas presentes na reunião com o Secretário-Geral.

No âmbito de um seminário em que o Secretário-Geral do Instituto participou, recolhi informação sobre as Resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) face à disputa de soberania das Ilhas Malvinas entre o Governo da Argentina e do Reino Unido (cf. Anexo 9).

Em janeiro deste ano, elaborei um artigo sobre a importância da América Latina para as empresas portuguesas (cf. Anexo 10).

No final desse mesmo mês de janeiro, recolhi informação turística sobre a ilha da Madeira para ajudar na organização da visita dos Embaixadores latino-americanos à ilha no fim do mês.

No subsequente mês de fevereiro elaborei uma lista de restaurantes latino-americanos em Lisboa, para o IPDAL fazer parceria no âmbito da publicação do livro de receitas latino-americanas escrito pela autora M. Margarida Muler. A publicação do livro intitulado “América Latina – História e sabores” contou com o apoio do IPDAL, que procurou a participação e colaboração de vários restaurantes latino-americanos em Lisboa. Neste projeto elaborei e enviei e-mails para os responsáveis comerciais ou de comunicação dos restaurantes e marquei as reuniões.

IV.4. Atualização da base de dados

Foram feitas várias atualizações da base de dados, com os novos contactos recolhidos pelo Presidente e pelo Secretário-Geral do Instituto nos eventos e encontros em que o IPDAL marcou presença.

IV.5. Notas oficiais para as Embaixadas

Durante a frequência do estágio curricular elaborei notas de condolências para as Embaixadas, dirigidas aos respetivos Embaixadores, para demonstrar o pesar do Instituto em situações mais difíceis, bem como notas de felicitações, notas informativas e convites.

Importa mencionar que as notas oficiais eram sempre vistas e corrigidas pelo Secretário-Geral do Instituto, antes de enviadas para as Embaixadas.

Neste âmbito, escrevi notas de condolências para a Embaixada do Panamá, a propósito da trágica passagem do furacão Otto pelo país e notas de condolências para o Brasil e para a Colômbia, a demonstrar o pesar do Instituto relativamente à queda do avião da companhia aérea LaMia, em Antioquia na Colômbia, que vitimou a equipa da Associação Chapecoense de Futebol.

Escrevi também notas de condolências para a Embaixada da Turquia, na sequência do ataque terrorista ao pé do estádio do Besiktas, e para a Embaixada do Egito, atento o ataque terrorista perto de uma catedral cristã.

Em janeiro deste ano, escrevi uma nota de condolências para a Embaixada do Canadá em Lisboa, a lamentar o tiroteio dentro de uma mesquita no Quebec.

Foram também elaboradas cartas-convite para os Embaixadores da América Latina, para um almoço com a Embaixadora da Colômbia em Portugal, Carmenza Jaramillo, que teve como objetivo felicitá-la pelo acordo de paz alcançado com a guerrilha, FARC.

Escrevi ainda uma carta-convite para a Embaixada do Nicarágua, a convidar a Embaixadora a estar presente na visita oficial dos embaixadores latino-americanos a Leiria, organizada pelo IPDAL, em fevereiro de 2017.

Foi também elaborada uma nota de felicitações à Embaixadora da Colômbia em Portugal, Carmenza Jaramillo, pela entrega do prémio nobel da paz ao Presidente Colombiano, Juan Manuel Santos.

No âmbito da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016, em Brasília, o IPDAL passou a ser membro Observador Consultivo da CPLP. Neste contexto, elaborei uma nota para as Embaixadas, para dar a conhecer o novo estatuto do IPDAL no âmbito da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa e enviei-a para todas as Embaixadas acreditadas em Portugal (cf. Anexo 11).

Em setembro e outubro de 2016, os novos Embaixadores do Brasil e da Guiné-equatorial entregaram cartas credenciais. Assim, elaborei e-mails a pedir uma audiência entre o IPDAL (na pessoa do Presidente e do Secretário-Geral) e os respetivos Embaixadores.

Redigi ainda pedidos de audiência, em espanhol, para o Embaixador da Costa Rica e do Equador em Londres.

Em fevereiro, marquei audiências com os Embaixadores da Guiné-equatorial e da missão do Brasil junto da CPLP.

No âmbito da eleição do Eng. António Guterres como Secretário-Geral da ONU, elaborei também uma nota de felicitações dirigida ao Eng. António Guterres para o felicitar pela eleição para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

IV.6. Atualização do site do IPDAL

Ao longo do estágio, elaborei várias notícias para atualizar o site do Instituto com os mais recentes eventos do IPDAL e notícias sobre a América Latina.

Todos estes trabalhos foram revistos pelo Secretário-Geral do Instituto, antes de publicados no site do Instituto.

Neste âmbito, redigi as seguintes notícias: entrega do prémio IPDAL- Vista Alegre ao Embaixador do Brasil, Mário Vilalva (<http://ipdal.org/ipdal-entrega-premio-embaixador-brasil/> – cf. Anexo 12); entrega do prémio nobel da paz ao Presidente colombiano, Juan Manuel Santos (<http://ipdal.org/presidente-da-colombia-vence-nobel-da-paz/> – cf. Anexo 13); encontro com Embaixadores da América Latina e Secretária-Geral Ibero-americana (<http://ipdal.org/ipdal-promove-cimeira-iberoamericana-com-secretaria-geral-da-segib/> – cf. Anexo 14); entrega do Policy Paper do V Encontro Triângulo Estratégico à Secretária-Geral da SEGIB (<http://ipdal.org/ipdal-entrega-policy-paper-v-triangulo-estrategico-segib/> – cf. Anexo 15); participação do IPDAL no Portugal Exportador (<http://ipdal.org/ipdal-portugal-exportador/> – cf. Anexo 16); participação do IPDAL no Bazar Diplomático (<http://ipdal.org/melhor-participacao-de-sempre-bazar-diplomatico/> – cf. Anexo 17); previsões da OCDE para a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México (<http://ipdal.org/argentina-lidera-previsoes-de-crescimento-economico/> – cf. Anexo 18); XI Aniversário do IPDAL (<http://ipdal.org/sec-estado-negocios-estrangeiros-xi-aniversario-ipdal/> – cf. Anexo 19); Seminário Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos (<http://ipdal.org/secretarios-de-estado-e-presidente-da-aicep-com-ipdal/> – cf. Anexo 20);

IV.7. Outras atividades

Particpei no Workshop organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa sobre investimento na América Latina, nomeadamente na Argentina, Uruguai e Paraguai com intervenções dos respetivos Embaixadores, que falaram do panorama nacional e de empresas que já investiram nestes países. Posteriormente, redigi um relatório com as principais conclusões retiradas do workshop.

Traduzi também vários documentos para inglês e espanhol, nomeadamente, o Resumo Executivo do *policy paper* do V Encontro do Triângulo Estratégico, a

apresentação institucional do IPDAL, a apresentação institucional presente no site do Instituto e as iniciativas do IPDAL para o ano de 2017.

IV.8. Conhecimentos adquiridos

Durante o estágio tive oportunidade de aprofundar conhecimentos em várias áreas das Relações Internacionais, principalmente em questões relacionadas com a América Latina. A título de exemplo, o estágio permitiu-me conhecer melhor a situação política, social e económica da região, bem como as relações bilaterais de Portugal com cada um dos países da América Latina.

Outra das capacidades que desenvolvi foi a de efetuar contactos com Embaixadas, corpo diplomático e organizações internacionais, nomeadamente através da elaboração de notas oficiais, assim como contactos mais diretos, presencialmente, nos vários eventos organizados pelo Instituto.

O estágio permitiu-me igualmente conhecer melhor várias organizações internacionais, como a Secretaria-Geral Ibero-americana, a CPLP, e outras instituições portuguesas como a AICEP, entre outras que foram participando nos diversos eventos organizados pelo IPDAL.

A recolha e tratamento da informação permitiram-me ter oportunidade de conhecer, debater e desenvolver espírito crítico relativamente a vários temas atuais, como a assinatura do Acordo de Paz entre o Governo colombiano e as FARC, as resoluções das Nações Unidas relativamente à disputa de soberania das ilhas Malvinas, as relações diplomáticas, comerciais e de investimento entre Portugal e os vários países da América Latina, entre tantos outros temas.

A presença, a participação e a organização nos vários eventos e seminários deram-me oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho, nas quais pude absorver informação e conhecimentos importantes para o presente trabalho e para o meu futuro. Gostaria de destacar o VI Encontro América Latina e Caraíbas – Europa – África, em que tive oportunidade de ouvir palestrantes e representantes políticos e diplomáticos dos três continentes.

Sem dúvida que uma das vantagens do estágio curricular foi a possibilidade de aplicar diretamente os conhecimentos adquiridos no Mestrado em Ciência Política e

Relações Internacionais, nomeadamente a prática de *advocacy*, o uso da diplomacia pública através dos inúmeros eventos organizados neste âmbito, a organização de eventos orientados para a política externa e, ainda, a aplicação prática do conceito de diplomacia económica.

Conclusões e recomendações

Do estudo efetuado ao longo do presente Relatório e após seis meses de estágio curricular no Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas, importa desde logo procurar responder à pergunta de investigação: *Como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa?* A realização do estudo sobre o “Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África” procurou identificar a importância de Portugal, Estado-membro da União Europeia com relações privilegiadas e posicionamento estratégico neste âmbito, na promoção da relação triangular. Com tal objetivo o trabalho pretendia, mais concretamente, perceber de que maneira é que o IPDAL promove o triângulo estratégico no quadro da Política Externa Portuguesa, estando esta enquadrada pela pertença à União Europeia.

Por forma a sustentar conceptualmente a investigação, adotou-se o conceito de *advocacy* enquanto conceito operacional. Da análise realizada resulta evidente que a promoção do Triângulo Estratégico América – Latina – Europa – África, pelo IPDAL, é feita através do uso de instrumentos de *advocacy*. Com efeito, pode observar-se que o Instituto promove ações de *advocacy*, através de diversas atividades realizadas, que foram descritas e analisadas ao longo do Relatório.

Destaca-se, pela desmonstração do ponto de vista empírico, a evolução qualitativa e quantitativa relativa da presença e participação de representantes *high politics* nos Encontros sobre a temática triangular. No mesmo sentido, a escolha dos temas tratados durante os Encontros, que procuram sensibilizar os oradores e os participantes, a cobertura mediática do Encontro, o Alto Patrocínio da Presidência da República e a entrega dos *policy papers* dos Encontros a entidades governamentais e oficiais, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Comissão Europeia, são entendidos como exemplos claros da estratégia utilizada pelo IPDAL, que passa pelo uso de *advocacy* no quadro da Política Externa Portuguesa e no contexto da União Europeia.

Com efeito, o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África enquadra-se nas prioridades da política externa da União Europeia e da política externa portuguesa. Estas políticas têm como prioridades externas a região da América Latina e de África, o que reforça a relevância da ação do Instituto na promoção da dinâmica triangular América Latina – Europa – África, bem como a pertinência do objeto de estudo do presente Relatório de Estágio.

Assim, conclui-se que Portugal é um ator chave na promoção da triangulação continental e na relação entre os vértices do Triângulo. De facto, Portugal funciona como *hub* e elo de ligação entre a América Latina, a Europa e África, uma vez que tem um posicionamento estratégico fundamental e mantém relações privilegiadas com os dois vértices do triângulo, dada a sua herança histórica e cultural.

Acresce que se considera que o IPDAL foi procurando adaptar as suas orientações e atividades às dinâmicas do contexto económico, designadamente ao nível nacional. Conforme referido anteriormente neste relatório, a dimensão da diplomacia económica e o acompanhamento a missões diplomáticas e empresas que pretendam desenvolver atividades nas regiões no âmbito das competências do Instituto foram adquirindo importância crescente, num ambiente em que a crise económica e financeira exigia iniciativas em novos mercados. O IPDAL apresenta-se, assim, como um importante ponto de ligação entre empresários do designado “Triângulo Estratégico” e as missões diplomáticas ou Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos mercados de destino.

Como referido no Capítulo IV, mais concretamente, no subcapítulo destinado à descrição da experiência profissional realizada no IPDAL, foram várias as atividades desenvolvidas durante os seis meses de estágio curricular e foram também vários os conhecimentos adquiridos que me ajudaram a aprofundar os conceitos na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Durante o estágio tive oportunidade de aplicar diretamente ensinamentos adquiridos durante o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, nomeadamente a prática de *advocacy*, de diplomacia pública, através dos diversos eventos organizados neste âmbito, de organização de eventos orientados para a política externa e pude ainda experienciar a aplicação prática do conceito de diplomacia económica.

Atendendo ao número de colaboradores que o Instituto dispõe, considero que o trabalho desempenhado, nomeadamente a nível de comunicação externa, comunicação interna, diplomacia pública e diplomacia económica superou as minhas expectativas. Na eventualidade de existir um aumento de atividades e iniciativas organizadas pelo IPDAL, considero que poderia ser benéfico um aumento do número de colaboradores do referido Instituto.

Face a todo o exposto, considera-se que os objetivos principais do estágio – a saber: identificar e analisar a importância de Portugal, Estado-membro da União Europeia com relações privilegiadas e posicionamento estratégico, na promoção do Triângulo

Estratégico América Latina – Europa – África e o papel do IPDAL nesta matéria – foram plenamente cumpridos.

Bibliografia

Fontes primárias

IPDAL. (2012) Policy Paper I Encontro, pp. 1-23

IPDAL. (2014) Policy Paper III Encontro.

IPDAL. (2015) Policy Paper IV Encontro, pp. 1-22

IPDAL. (2016) Policy Paper V Encontro.

Referências Bibliográficas

Carpenter, R. (2007) Setting the Advocacy Agenda: Theorizing Issue Emergence and Nonemergence in Transnational Advocacy Networks. *International Studies Quarterly*. Nr. 51, pp. 99-120

Conselho Europeu (2017) Relações UE-África. Disponível em <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-africa/>> [26/09/2017]

Decker, F. (2002) Governance beyond the nation-state. Reflections on the democratic deficit of the European Union, *Journal of European Public Policy*. Nr 9:2, pp. 256 - 272

European Commission (2017) Joint Communication to the European Parliament and the Council for a renewed impetus of the Africa – EU Partnership. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=JOIN:2017:17:FIN&from=EN_7_->> [26/09/2017]

European Commission (2017) Mercosur. Disponível em <<http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/mercosur/>> [07/09/2017]

European Commission (2017) Press Release Database. Disponível em <http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-95-168_pt.htm> [01/09/2016]

European Parliament (2017) EU political relations with Latin America. Disponível em <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P8-TA-2017-0345&format=XML&language=EN>> [27/09/2017]

European Union External Action (2017) The African Union and the EU. Disponível em <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/866/The%20African%20Union%20and%20the%20EU> [26/09/2017]

European Union External Action. (2017) Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/331/latin-america-and-caribbean_en> [04/09/2017]

Governo de Portugal (2014) Conceito estratégico da cooperação portuguesa 2014-2020. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf> [18/07/2017]

- Greenwood, J. (2002) “Advocacy, Influence and Persuasion: Has it All Been Overdone?”. In Warleigh, A. Fairbrass, J. Influence and Interests in the European Union: The New Politics of Persuasion and Advocacy. London: Europa Publications. Pp. 204
- Halpin, D. (2014) “Interest groups and organizational form”. In Halpin, D. The Organization of Political Interest Groups. Designing advocacy. London: Routledge. Pp. 221
- Hendricks, C. (2011) “Public Deliberation in the Context of Interest Advocacy”. In M. Hendricks, C. In The Politics of Public Deliberation, Citizen Engagement and Interest Advocacy. UK: Palgrave Macmillan. Pp. 270
- Hendricks, C. (2011) “Worlds Apart or Connected? Interest Advocacy and Public Deliberation”. In M. Hendricks, C. In The Politics of Public Deliberation, Citizen Engagement and Interest Advocacy. UK: Palgrave Macmillan. Pp. 270
- IPDAL. (2012) IPDAL realiza almoço com Presidente da Assembleia da República. Disponível em <<http://ipdal.org/ipdal-realiza-almoco-com-presidente-da-assembleia-da-republica/>> [03/04/2017]
- IPDAL. (2017) IPDAL – nova imagem e nome. Disponível em <<http://ipdal.org/ipdal-com-novo-nome-e-imagem/>> [03/04/2017]
- IPDAL. (2017) América Latina e Caraíbas. Disponível em <<http://ipdal.org/america-latina/>> [03/04/2017]
- IPDAL. (2017) Atividades. Disponível em <<http://ipdal.org/actividades/>> [06/04/2017]
- IPDAL. (2017) História. Disponível em <<http://ipdal.org/historia/>> [03/04/2017]
- IPDAL. (2017) Instituto. Disponível em <<http://ipdal.org/apresentacao/>> [03/04/2017]
- Keck, M. Sikkink, K. (1999) Transnational Advocacy Networks in international and regional politics. International Social Science Journal. 51, 159, pp.89-101
- Moreira de Sá, T. (2015) Política Externa Portuguesa. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Pp. 100
- Prakash, A. Gugerty, M. (2010) “Advocacy organizations and collective action: and introduction”. In Prakash, A. Kay Gugerty, M. Advocacy Organizations and Collective Action. United States of America: Cambridge University Press, New York. Pp. 318

Princen, S. (2007) Agenda-setting in the European Union: a theoretical exploration and agenda for research. *Journal of European Public Policy*. 14,1, pp.21-38

Santos Silva, A. (2016) As orientações e os objetivos principais da política europeia e da política externa de Portugal. Disponível em <https://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2016/discursos/003.pdf> [02/09/2016]

Santos Silva, A. (2017) Perspetivas e desafios da política europeia e externa de Portugal, em 2017. Disponível em < <http://www.portugal.gov.pt/media/24144238/20170104-mne-seminario-diplomatico.pdf> > [19/07/2017]

Severiano Teixeira, N. (2010) Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*. Nr.28, pp. 051-060

World Integrated Trade Solution. (2017) Latin American and Caribbean Trade at a Glance: Most Recent Values. Disponível em <<http://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/LCN>> [02/10/2017]

Lista de figuras

Figura 1. Lógica operativa do Instituto



Figura 2. Distribuição das atividades do IPDAL



Anexos

Anexo 1. Plano de Estágio

Identificação do tema: O tema a desenvolver no Relatório de Estágio, no âmbito do estágio curricular a realizar no Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), é o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África. Este tema torna-se relevante para a área de especialização em Estudos Europeus pois Portugal, assim como Espanha, é o Estado-membro da União Europeia (UE) que mantém desde há muitos séculos uma relação preferencial, dada a sua proximidade cultural e o seu posicionamento estratégico com os vários países da América Latina e de África. Assim sendo, o papel desempenhado por Portugal, mais concretamente pelo IPDAL, torna-se um elemento crucial para o sucesso e para a promoção do referido Triângulo Estratégico. Trata-se de um tema atual e pertinente pois é discutido por diversas personalidades nos encontros anuais organizados pelo IPDAL dedicados a este tema e porque, a título de exemplo, o aprofundamento da relação triangular foi definido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (2016) como um dos objetivos principais da política europeia e externa de Portugal entre 2016 e 2019.

Sumário: A investigação a fazer no âmbito do Relatório de Estágio parte da seguinte pergunta de investigação: como é que o IPDAL promove o Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África no quadro da Política Externa Portuguesa? Com tal pergunta de investigação pretende-se, num primeiro momento, perceber como é que o Triângulo tem vindo a ser discutido e, de seguida, aprofundar alguns conceitos importantes (como o Mercosul, a União Africana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o conceito de *advocacy*) na exploração do triângulo e na compreensão da Política Externa europeia e portuguesa neste âmbito. Estes conceitos serão posteriormente analisados e aprofundados na parte conceptual do Relatório de Estágio. Este será dividido em três partes: conceptual, institucional e empírica. Utilizar-se-á uma metodologia de abordagem descritiva e explicativa, procurando validar a seguinte hipótese de trabalho: o IPDAL promove o triângulo estratégico América Latina – Europa – África, no quadro da Política Externa Portuguesa, através de instrumentos de *advocacy*.

Estado de Arte: Para a investigação sobre este tema é necessário fazer uma análise dos documentos referentes aos encontros anteriores sobre o triângulo estratégico América

Latina – Europa – África, designadamente documentos fornecidos pelo IPDAL. Nestes, podemos encontrar intervenções de vários Presidentes da República, Ministros, Embaixadores dos três continentes e de investigadores que evidenciam a importância da revalorização do Atlântico e dos encontros realizados pelo IPDAL neste âmbito. A título de exemplo pode-se destacar a intervenção do antigo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva que considera Portugal um fator de aproximação entre povos e culturas latino-americanas e africanas e o vértice por excelência deste triângulo. O ex-Presidente da República considera ainda que esta relação triangular não se esgota na História e que se projeta no futuro com benefícios mútuos. Bernardo Pires de Lima considera que a Europa precisa de investir mais e melhor em África e na América Latina de modo a que se projete nestes continentes boa governação, *know-how*, qualificação e standards democráticos. (IPDAL, 2015)

O atual Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa (2016), marcou presença no V Encontro sobre o Triângulo Estratégico e deixou claro que uma das coordenadas estáveis da política externa portuguesa é o domínio transatlântico que é constituído não só pela relação com a América do Norte, mas também com a América Latina. O Presidente tornou ainda evidente que o oceano e a realidade triangular são uma prioridade da política externa portuguesa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (2016), partilha da mesma opinião pois na sua intervenção no Seminário Diplomático, a 5 de janeiro de 2016, define esta relação triangular como uma das prioridades da política externa portuguesa para 2016/2019.

Num artigo publicado pelo Expresso (2016), Paulo Neves, presidente do IPDAL, afirma ainda que a Europa deve investir e projetar-se mais para o Atlântico e que a relação triangular pode ser bastante proveitosa para todos os vértices. O presidente afirma que “uns têm as necessidades, outros o dinheiro, e outros o conhecimento” dando a entender que existe uma relação de complementaridade entre os três vértices.

Quando se analisam as prioridades da política externa europeia para os outros vértices do triângulo, aplicando os conhecimentos provenientes da componente letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, torna-se imperativo destacar o projeto do Mercosul e da União Africana. O Mercosul consiste num processo de integração regional criado pela Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai a que posteriormente aderiram a Venezuela e a Bolívia, a última ainda em processo de adesão. Este projeto tem como

objetivo principal propiciar um espaço comum capaz de gerar oportunidades comerciais e investimentos através da integração das economias nacionais ao mercado internacional. Como resultado, foram estabelecidos múltiplos acordos comerciais, políticos ou de cooperação com diversos países e organismos dos cinco continentes. A UE é exemplo desta cooperação internacional uma vez que tem vindo a incentivar o reforço deste projeto e a apoiar as suas iniciativas, a título de exemplo, destaca-se o Acordo de Cooperação Interinstitucional, assinado, em 1992, que prevê colocar à disposição do Mercosul a experiência europeia em matéria de integração regional, dando origem a um intenso trabalho de cooperação e a inúmeros contactos entre autoridades das duas regiões. A União Africana (composta por todos os países do continente africano menos Marrocos) é uma organização que tem como objetivo ajudar na promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento económico em África. A União Europeia tem também tido um papel fundamental na ajuda desta união, a título de exemplo pode-se destacar a Estratégia Conjunta África-UE adotada em 2007 com o objetivo de reforçar a parceria entre a UE e África para responder, de maneira conjunta, a desafios como a segurança, a migração, o desenvolvimento, o ambiente e promover a paz, segurança, democracia, direitos humanos, liberdades fundamentais e igualdade de género.

Para abordar a política externa portuguesa importa também ter em conta um projeto que liga os três continentes, a CPLP. Este projeto é um dos pilares fundamentais da política externa portuguesa e consiste num mecanismo multilateral que tem como principal objetivo aprofundar a amizade mútua e a cooperação entre os seus membros²⁰. É, portanto, um projeto que engloba os três vértices do triângulo estratégico e que ilustra a cooperação multilateral neste âmbito.

Objetivos: Com o desenvolvimento do Relatório de Estágio pretende-se ficar com uma noção mais clara do Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África, procurando identificar a importância de Portugal (Estado-membro da União Europeia com relações privilegiadas e posicionamento estratégico neste âmbito) na promoção da relação triangular. Com tal objetivo pretende-se, mais concretamente, perceber de que maneira é

²⁰ Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-equatorial.

que o IPDAL promove o triângulo estratégico no quadro da Política Externa Portuguesa, estando esta enquadrada pela pertença à UE.

Ao longo do estágio curricular no IPDAL e, mais concretamente, através da organização de Conferências relacionadas não só com o Triângulo estratégico, mas também com a CPLP, pretende-se recolher informações relevantes para o desenvolvimento deste tema. Considera-se que esta relação triangular pode ser um novo olhar não só para a política externa portuguesa, mas também europeia e, por conseguinte, considera-se um tema que merece ser estudado e aprofundado.

Descrição detalhada: Como ponto de partida para a investigação e através da informação recolhida e apresentada no Estado de Arte importa ter em atenção a seguinte questão: como é que o IPDAL promove o triângulo estratégico no quadro da Política Externa Portuguesa? Desta pergunta principal deriva a seguinte questão: o IPDAL promove o triângulo estratégico no quadro da Política externa Portuguesa através de *advocacy*?

O Relatório de Estágio irá estar dividido em três partes: a parte conceptual, institucional e empírica. A primeira trata de aplicar conceitos desenvolvidos ao longo da componente letiva do Mestrado que poderão ser úteis no desenvolvimento desta investigação, tentando ao mesmo tempo explicar os vários vértices que compõe o referido triângulo estratégico e como é que estes se relacionam. Com este objetivo, será elaborada uma exposição de conceitos relacionados com a política externa europeia e com a sua articulação com a política externa portuguesa. Como estratégia de política externa europeia e prioridade para os outros vértices do Triângulo Estratégico importa evidenciar alguns conceitos já referidos anteriormente como o projeto do Mercosul e da União Africana pois a União Europeia sempre esteve empenhada em cooperar com estes projetos. Estes serão, portanto, conceitos a desenvolver nesta primeira parte conceptual. Tendo em conta a Política Externa Portuguesa e a ação internacional de Portugal como Estado-membro da União Europeia, pretende-se desenvolver também o conceito de CPLP, um dos três pilares da política externa portuguesa e projeto que engloba os três vértices uma vez que se trata de um projeto que abrange Portugal, Brasil e alguns países africanos. Quanto à ação do IPDAL no âmbito do triângulo, torna-se ainda imperativo abordar o conceito de *advocacy*, ou seja, a influência do Instituto no processo de decisão, através da sensibilização para temas da sua área de intervenção, tanto a nível político, como económico.

A segunda, a parte institucional, tem como objetivo descrever a orgânica e funcionamento do IPDAL, os objetivos desta instituição e como é que se relaciona com a Política Externa Portuguesa e europeia.

A parte empírica será constituída por uma apresentação das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio e do conhecimento adquirido ao longo deste processo, procurando também interrelacionar estas atividades com a Política Externa Portuguesa e europeia. Esta parte vai também incluir conclusões e recomendações.

Tendo em mente o desenho de investigação acima proposto, considera-se como variável dependente a Política Externa Portuguesa, como variável independente a Política Externa da União Europeia, sendo a ação do IPDAL entendida como variável moderadora.

Serão utilizados, como principais fontes e recursos de investigação: bibliografia de apoio; documentos oficiais das principais instituições referidas, com particular destaque para os materiais disponibilizados pelo IPDAL. Na componente empírica serão tidas em conta todas as atividades a desenvolver durante o período de estágio, inclusive o encontro dos América Latina - CPLP e a preparação e participação no próximo encontro do Triângulo Estratégico. Existe ainda a possibilidade, no âmbito do próximo encontro sobre este tema, entrevistar oradores e participantes cujo contributo possa ser relevante para o desenvolvimento e enriquecimento do Relatório de Estágio.

Bibliografia:

1. Conselho Europeu (2016) Relações UE-África. Disponível em <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-africa/>>
2. CPLP (2016) Objetivos. Disponível em <<http://www.cplp.org/id-2763.aspx>> [18/09/2016]
3. Expresso (2016) “A Europa precisa de crescer para o Atlântico”. Disponível em <<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-05-23-A-Europa-precisa-de-crescer-para-o-Atlantico>> [01/09/2016]
4. IPDAL (2014) III Encontro “Triângulo Estratégico América Latina- Europa- África” – Policy paper. IPDAL
5. IPDAL (2016) A. Guterres: “Triângulo Estratégico é uma prioridade”. Disponível em <<http://ipdal.org/antonio-guterres-considera-triangulo-estrategico-uma-prioridade/>> [02/09/2016]
6. IPDAL (2016) Intervenção do Presidente da República. Disponível em <<http://ipdal.org/intervencao-presidente-da-republica-v-triangulo-estrategico/>> [02/09/2016]
7. IPDAL. (2015) IV Encontro “Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África” – Policy Paper, IPDAL
8. Pedro Duarte, L. (2013), Triângulo Estratégico América Latina – Europa – África – Realidade e potencial de expansão, Accenture
9. Santos Silva, A. (2016) As orientações e os objetivos principais da politica europeia e da politica externa de Portugal. Disponível em <https://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2016/discursos/003.pdf> [02/09/2016]

Anexo 2. Cobertura mediática do VI Encontro Triângulo Estratégico



Anexo 3. PowerPoint sobre as Cimeiras Ibero-americanas



Breve história das Cimeiras Ibero-americanas

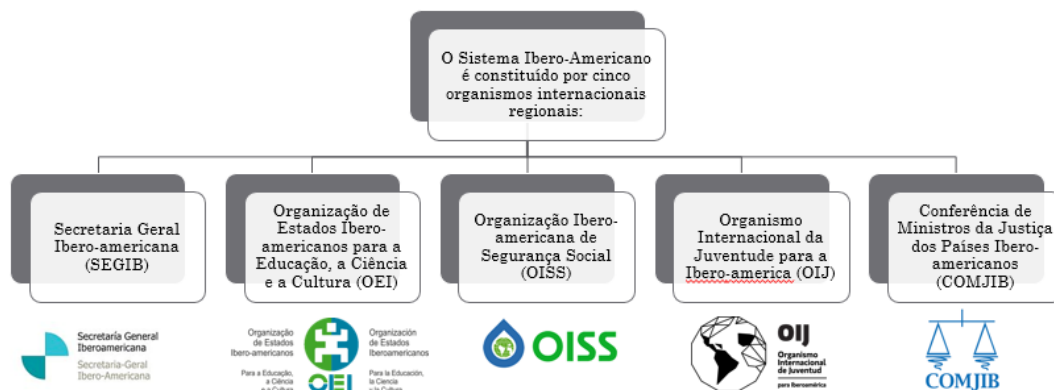
- A I Cimeira Ibero-americana realizou-se em 1991 na cidade de Guadalajara, México, e consagrou o reconhecimento de um espaço comum ibero-americano.
- Fazem parte deste espaço ibero-americano 22 países: 19 países da América Latina, de língua espanhola e portuguesa, bem como Andorra, Espanha e Portugal.
- O espaço comum Ibero-americano foi criado com o propósito de “tornar o conjunto das afinidades históricas e culturais que nos unem num instrumento de unidade e desenvolvimento, baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade”.



- No âmbito da I Cimeira Ibero-americana foi constituída a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Esta Conferência organiza, juntamente com a *Secretária Pro-Tempore* e a *Secretária-Geral Ibero-americana*, as Cimeiras Ibero-americanas (reuniões ao mais alto nível político) que se realizam de dois em dois anos.
- O tema das Cimeiras Ibero-americanas é proposto pelo país anfitrião. No entanto, temas como a educação, a saúde, a cultura ou a imigração têm estado sempre presentes.
- Esta Cimeira, que conta já com 25 edições, tem refletido a evolução, as preocupações e os problemas dos membros desta comunidade, bem como os seus consensos e decisões.



- Para dar seguimento aos mandatos da Cimeira é realizada, anualmente, uma Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Por sua vez, as Reuniões com Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação são instâncias habituais de gestão e discussão.
- A cooperação entre os países da região ibero-americana é feita através de um Sistema Ibero-americano.



Declaração de Cartagena

- A Declaração de Cartagena foi aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo presentes na XXV Cimeira Ibero-americana que decorreu a 28 e 29 de Outubro na cidade colombiana de Cartagena das Índias.
- Sob o lema Juventude, Educação e Empreendedorismo, a Declaração de Cartagena propõe uma melhoria da educação através do reforço do ensino das novas tecnologias e da mobilização de esforços para uma maior criação de emprego destinada aos mais jovens e às populações mais vulneráveis.



Da Declaração de Cartagena fazem parte as seguintes medidas:

1. Mais inclusão, mais participação, mais investimento e mais direitos para os jovens através do Pacto Ibero-Americano da Juventude
2. Alianças entre universidades, empresas e sociedade civil de modo a criar mais emprego jovem
3. Mais investimento e mais cooperação na Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Alianças para a mobilidade académica e reconhecimento dos estudos e títulos universitários entre os diferentes países da região
5. Políticas para eliminar as barreiras de acesso ao mercado laboral, nomeadamente quanto ao género, etnia e distribuição de rendimentos



CONTACTOS

Av. Sidónio Pais 26 – R/C Esg., 1050-215 Lisboa | (+351) 211 947 207 |
geral@ipdal.org | www.ipdal.org

Anexo 4. Newsletter IPDAL – dezembro 2016



IPDAL NEWS – Dezembro 2016 –



IPDAL CRESCE PARA AS CARAÍBAS



O IPDAL lançou a próxima fase do seu crescimento, com um almoço de trabalho com os embaixadores das Caraíbas em Bruxelas.

IPDAL NA TOMADA DE POSSE DE ANTÓNIO GUTERRES



O Presidente do Instituto esteve em Nova Iorque, no juramento da Carta das Nações Unidas pelo Secretário-Geral eleito, António Guterres.

IPDAL OBSERVADOR DA CPLP



O Instituto foi aprovado como membro Observador Consultivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, durante a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu nos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2016, em Brasília.

PRESIDENTE DO IPDAL EM WASHINGTON



O Presidente do IPDAL participou novamente na conferência anual da CAF em Washington que teve lugar entre 7 e 8 de Setembro de 2016.

IPDAL PROMOVE XXV CIMEIRA IBEROAMERICANA



A Secretária-Geral Iberoamericana Rebeca Grynspan esteve na iniciativa co-organizada pelo IPDAL e pela SEGIB para promover a XXV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

DOUTORAMENTO “HONORIS CAUSA” A SECRETÁRIA-GERAL IBEROAMERICANA



O IPDAL esteve presente na cerimónia de atribuição do grau de Doutor "Honoris Causa" a Rebeca Grynspan, concedido pela Universidade da Extremadura.

EMBAIXADORES DA AMÉRICA LATINA VISITAM AVEIRO



O IPDAL organizou, entre os dias 8 e 9 de Dezembro, uma visita dos Embaixadores latino-americanos à região de Aveiro.

AMÉRICA LATINA EM DESTAQUE NO CONGRESSO DA APAVT



O IPDAL voltou a promover os destinos turísticos latino-americanos no Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo (APAVT).

PRESIDENTE DO IPDAL RECEBE PRÉMIO APCE



Paulo Neves recebeu a distinção graças ao “excepcional desempenho no fortalecimento das relações institucionais no espaço da Iberoamérica e da CPLP”.

ARGENTINA LIDERA PREVISÕES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO



De acordo com a OCDE, o país governado por Mauricio Macri deverá crescer 2,9%, acima do Brasil, Chile, Colômbia e México.

CONFERÊNCIA SOBRE CONCLUSÕES DA CIMEIRA IBEROAMERICANA



O IPDAL voltou a levar a América Latina às Universidades, analisando as conclusões da XXV Cimeira Iberoamericana.

IPDAL NO PORTUGAL EXPORTADOR



O IPDAL organizou um Café Temático subordinado ao tema “América Latina – um continente de oportunidades”.

VIAGEM DE TRABALHO A MADRID



Em dois dias, o Presidente e o Secretário-Geral do IPDAL tiveram 12 reuniões de trabalho com as mais relevantes instituições e empresas, públicas e privadas, latino-americanas e espanholas sediadas em Madrid.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA VISITA STAND DO IPDAL



O Presidente da República de Portugal visitou o stand do IPDAL no Bazar Diplomático, a iniciativa de solidariedade que reúne embaixadas e organismos internacionais residentes em Portugal.

IPDAL ENTREGA POLICY PAPER A SECRETÁRIA-GERAL DO MNE



O Secretário-Geral e um membro da Direção do IPDAL entregaram à responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros o Policy Paper com as conclusões do V Encontro "Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África".

IPDAL RECEBIDO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



O Presidente e o Secretário-Geral do IPDAL entregaram à Presidência da República o Policy Paper do V Encontro “Triângulo Estratégico”.

CONSELHO CONSULTIVO REUNIU COM NOVOS MEMBROS



No dia 2 de Novembro, o encontro do Conselho Consultivo foi presidido pelo Eng. Fernando Santo, ex-Bastonário da Ordem dos Engenheiros e ex-Secretário de Estado da Justiça de Portugal.

EMBAIXADORES FELICITAM IPDAL



O Núncio Apostólico e Embaixadores de todo o Mundo enviaram notas de felicitações ao IPDAL pela atribuição do Estatuto de Observador Consultivo da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP).

IPDAL COM MNE PARAGUAI



O Presidente e o Secretário-Geral do IPDAL mantiveram um encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, no âmbito da visita oficial a Lisboa.

IPDAL PROMOVE NEGÓCIOS EM CUBA



O IPDAL, em parceria com a Llorente & Cuenca, realizou um pequeno-almoço de trabalho para apresentar oportunidades de negócio e o ambiente económico em Cuba.

BANCO MUNDIAL ANUNCIA ÉPOCA DE CRESCIMENTO PARA A AMÉRICA LATINA



O Vice-Presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caraíbas afirmou que os altos níveis de crescimento vão regressar à região.

PARLAMENTO EUROPEU RECEBE POLICY PAPER DO V "TRIÂNGULO ESTRATÉGICO"



O Presidente e o Secretário-Geral do IPDAL entregaram o relatório com as conclusões do V Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África” ao Diretor do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.

IPDAL KEYNOTE SPEAKER EM REUNIÃO DE COLÉGIOS INTERNACIONAIS



O Secretário-Geral do IPDAL foi convidado para fazer o discurso inaugural do BRAMUN - Braga Model United Nations – onde se reúnem alunos de colégios internacionais de todo o país.

NOTA SOBRE A ELEIÇÃO DE ANTÓNIO GUTERRES



O IPDAL expressou a sua maior alegria pela eleição de António Guterres para Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

IPDAL ENTREGA PRÉMIO A EMBAIXADOR DO BRASIL



Numa cerimónia onde estiveram diplomatas de todo o Mundo, o Embaixador Mário Vilalva foi homenageado com o prémio IPDAL-Vista Alegre.

IPDAL ENVIA NOTA DE FELICITAÇÕES À EMBAIXADA DA COLÔMBIA



O Presidente do IPDAL enviou uma mensagem à nova Embaixadora da República da Colômbia em Portugal, felicitando o novo governo de Bogotá pela assinatura do Acordo de paz com as FARC.

FMI MELHORA PREVISÃO DE CRESCIMENTO REGIONAL



O Fundo Monetário Internacional reviu em alta as perspetivas de crescimento económico para a América Latina em 2016 e 2017.



boas festas!

Anexo 5. PowerPoint sobre as relações Portugal – Caraíbas



As Caraíbas



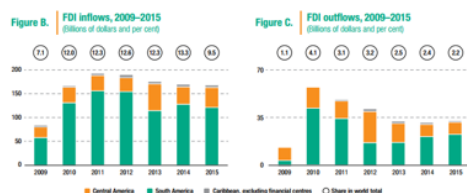
- ▶ As Caraíbas são constituídas por 10 países insulares (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago) e 3 países continentais (Belize, Guiana e Suriname). Estes países são maioritariamente ex-colónias inglesas e, portanto, são países anglófonos.

Crescimento anual do PIB nos pequenos estados insulares das Caraíbas entre 2000 e 2014 (%)



Fonte: Banco Mundial

Investimento Direto Estrangeiro entre 2009 e 2015



Fonte: World Investment Report 2016, UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

► “O investimento direto estrangeiro da UE na América Latina e nas Caraíbas é superior ao da Rússia, China e Índia juntos.”

Fonte: Relatório EEAS

SMALL ISLAND DEVELOPING STATES

FDI flows, top 5 host economies, 2015 (value and change)



2015 inflows
4.8 bn
2014 inflows
-31.7%
Share in world
0.3%

Flows, by range



Top 5 host economies

Economy
\$ Value of inflows
2015 % change

Outflows: top 5 home economies

(billions of dollars, and 2015 growth)



Figure A. Top 10 investor economies, by FDI stock, 2009 and 2014 (billions of dollars)



Fonte: World Investment Report 2016, UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

Relações Diplomáticas Portugal - Caraíbas



- As relações diplomáticas entre Portugal e as Caraíbas mantêm-se há já muito tempo. A relação com Cuba é exemplo desta relação duradoura uma vez que, em 2014, Lisboa e Havana assinalaram 95 anos de relações Diplomáticas.

Relações Comerciais Portugal - Caraíbas

- ▶ As relações comerciais entre Portugal e as Caraíbas devem ser entendidas à luz das relações bilaterais existentes entre Portugal e cada um dos países das Caraíbas.
- ▶ No entanto, uma vez que algumas das relações económicas bilaterais não assumem grande expressividade, nesta parte da apresentação destacaremos as relações entre Portugal e Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago.
- ▶ Acrescentamos ainda que não existem muitas informações relevantes e de fonte segura e fidedigna sobre a relação bilateral entre Portugal e os demais países. Este é, sem dúvida, um problema que faremos questão de colmatar o mais rápido possível.



Antígua e Barbuda

- O PIB *per capita* de Antígua e Barbuda tem vindo a crescer progressivamente, uma vez que desde 2013 que assume novos valores.
- Em 2016 a economia de Antígua e Barbuda cresceu 2.0% face ao ano anterior. Relativamente às exportações de bens e serviços, o país regista também uma subida gradual desde 2013; no que diz respeito às importações de bens e serviços, a taxa de variação tem vindo também a aumentar.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Antígua e Barbuda (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan./Jul.	2016 Jan./Jul.
Exportações	75	402	509	288	148
Importações	220	1	47	2	
Saldo	-145	401	462	287	148

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015.
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016.

Operadores económicos portugueses Exportadores para Antígua e Barbuda

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	10	12	15	16

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Bahamas

- Internamente, os dados mostram que o PIB *per capita* de Bahamas tem vindo a crescer desde 2013, passando de 23 925 dólares em 2013 para 24 567 dólares, em 2016.
- As suas relações comerciais são feitas sobretudo com os Estados Unidos da América, país que ocupa a 1ª posição como cliente e fornecedor nos dados respeitantes ao ano de 2015. Já Portugal, nesse mesmo ano, encontrava-se em 49º como cliente e 27º como fornecedor.

Balança Comercial de Bens de Portugal com as Bahamas (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan./Jul.	2016 Jan./Jul.
Exportações	650	73.029	3.496	1.012	1.928
Importações	21	23	46	14	13
Saldo	628	73.006	3.450	997	1.894

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses Exportadores para as Bahamas

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	18	10	22	19

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Barbados

- O crescimento real do PIB de Barbados cresceu 0.5%, em 2015, e as estimativas apontam para uma subida progressiva, chegando a atingir os 2.0% em 2018. Em 2015 as exportações de bens registaram uma variação positiva (5,5%) face a 2014, e as importações de bens cresceram 16.1% face ao ano anterior.
- Em 2015, os principais clientes de Barbados eram os EUA, Trinidad e Tobago e Guiana - conjuntamente representavam 46.1% da quota de mercado. Portugal encontrava-se na 103ª posição, com 0.0% de quota. No que concerne os fornecedores, as primeiras posições eram ocupadas, em 2015, pelos EUA, Trinidad e Tobago e China - os três retratavam 60.7% da quota de mercado.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Barbados (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan./Jul.	2016 Jan./Jul.
Exportações	888	1.612	1.628	329	636
Importações	4	2.491	-	-	38
Saldo	884	-879	1.628	329	601

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses Exportadores para Barbados

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	15	15	15	17

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Belize

- Os indicadores macroeconómicos do Belize mais recentes relatam o PIB deste país com 4 693 dólares, no ano de 2016. Tem-se mostrado uma economia em crescimento registando um crescimento real do PIB, em 2016, de 0,8.
- As relações comerciais entre Portugal e Belize não se revestem de grande importância, sobretudo para o comércio português, pois no ano de 2015, Belize ocupava a 195ª posição como cliente de Portugal e a 145ª como fornecedor. Considere-se a Balança comercial de bens de Portugal com o Belize:

Balança Comercial de Bens de Portugal com o Belize (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Jul	2016 Jan/Jul
Exportações	278	272	39	3	0
Importações	9.090	445	489	445	681
Saldo	-8.811	-174	-449	-442	-681

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses
Exportadores para Belize

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	-	4	4	4

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota: Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Cuba

- Internamente, a economia de Cuba é sustentada por recursos naturais como a cana-de-açúcar, café e tabaco, e por importantes jazidas de níquel e de cobalto, dispondo ainda de paisagens tropicais que atraem um grande número de turistas todos os anos. O capital humano é um dos principais pilares da economia do país, que regista a maior taxa de alfabetização, expectativa de vida e cobertura de saúde de toda a região das Caraíbas.
- Segundo dados do Banco Mundial, o PIB cubano registou uma taxa média anual de crescimento de 4,6% ao longo do período 2000-2012, superando a taxa média de crescimento do PIB mundial e da América Latina.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Cuba (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Nov	2016 Jan/Nov
Exportações	34,9	33,6	45,9	42,1	44,6
Importações	32,6	15,6	26,8	21,2	43,0
Saldo	2,3	18,8	19,1	21,0	1,6

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses
Exportadores para Cuba

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	72	66	64	68

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota: Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Guiana

- A economia da Guiana cresceu 5.2% em 2013. A Guiana, como cliente de Portugal, figurava na 167ª posição, em 2015, e enquanto fornecedor de Portugal ocupava a 76ª posição.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Guiana (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Nov	2016 Jan/Nov
Exportações	225	267	578	528	470
Importações	23 240	27 032	26 150	20 911	46 328
Saldo	-23 014	-26 765	-25 572	-20 382	-45 858

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros

Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses

Exportadores para Guiana

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	4	11	10	6

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Jamaica

- Em 2015, a economia jamaicana cresceu 1.3%. As exportações de bens e serviços jamaicanos seguem também a tendência positiva e as importações de bens e serviços têm vindo a diminuir, situando-se em 4,0 em 2016.
- Portugal, figurava na 29ª posição na lista de clientes da Jamaica em 2015 - os lugares cimeiros da lista eram ocupados pelos EUA, Canadá e Países Baixos. Na lista de fornecedores, Portugal figurava na 68ª posição, numa lista encabeçada pelos EUA, Trinidad e Tobago e China.

Balança Comercial de Bens de Portugal com a Jamaica (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Ago	2016 Jan/Ago
Exportações	1,376	104	1,090	384	530
Importações	11,110	10,215	6,297	1	18
Saldo	-9,735	-10,111	-5,207	384	512

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros

Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses

Exportadores para a Jamaica

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	10	8	8	17

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



República Dominicana

- A taxa de crescimento real do PIB da República Dominicana aumentou 6.9% em 2016, face a 2015. A taxa de variação das exportações de bens e serviços equivalia a 2.5% em 2015, diminuindo face a 2014 (7.3%). Do lado das importações de bens e serviços verifica-se na República Dominicana uma tendência de decréscimo uma vez que em 2015, a taxa de variação registava 11,0% e em 2016, 6,0%.

Balança Comercial de Bens de Portugal com a República Dominicana (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Set	2016 Jan/Set
Exportações	12.960	11.661	16.961	12.080	11.590
Importações	18.616	17.482	8.305	2.219	1.343
Saldo	-5.656	-5.821	8.656	9.860	10.247

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses Exportadores para a República Dominicana

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	91	97	102	119

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Suriname

- Em 2016, o Suriname apresentava um PIB *per capita* de 7 347 dólares, com um crescimento real de -7.0%.
- Face às relações com Portugal, os dados mais recentes refletem a escassa importância das relações económicas bilaterais, pois no ano de 2015, o Suriname ocupava o 161º lugar enquanto cliente de Portugal e 134º enquanto fornecedor.

Balança Comercial de Bens de Portugal com o Suriname (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Set	2016 Jan/Set
Exportações	543	718	952	666	245
Importações	5.079	8.475	1.015	974	1.883
Saldo	-4.536	-7.756	-63	-308	-1.639

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses Exportadores para o Suriname

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	10	15	17	14

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de assimilação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)



Trinidad e Tobago

- A taxa de crescimento real do PIB de Trinidad e Tobago correspondia, em 2015, a 18 143 dólares. A taxa de variação das exportações de bens e serviços tem vindo a crescer desde 2015, assim como as importações de bens e serviços.
- A lista de principais clientes de Trinidad e Tobago era, em 2015, encabeçada pelos EUA, Jamaica e Barbados. Na lista de fornecedores, em 2015, encontravam-se nos lugares cimeiros os EUA, o Gabão e a Colômbia.

Balança Comercial de Bens de Portugal com Trinidad e Tobago (2013-2015)

	2013	2014	2015	2015 Jan/Set	2014 Jan/Set
Exportações	3.712	2.747	2.519	1.930	913
Importações	12.131	29.216	23.058	18.261	8.836
Saldo	-8.419	-26.469	-20.538	-16.331	-7.922

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhões de euros.
Notas:
(a) Média aritmética das taxas de crescimento anual no período 2011-2015
(b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Operadores económicos portugueses Exportadores para Trinidad e Tobago

	2012	2013	2014	2015
Nº empresas	31	31	32	37

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística. Unidade: Milhares de euros.
Nota:
Inclui apenas pessoas coletivas (sociedades). Exclui empresas em nome individual, valores estimados para empresas abaixo do limiar de participação no comércio intracomunitário e empresas desconhecidas e estrangeiras no comércio extracomunitário. (2015: resultados provisórios)

Investimento Portugal - Caraíbas

- ▶ O investimento entre Portugal e as Caraíbas é especialmente significativo entre Portugal e Cuba.
- ▶ São vários os casos de internacionalização de empresas portuguesas que decidiram investir no mercado cubano. Os Grupos Hoteleiros Pestana são exemplos de sucesso que comprovam o potencial deste mercado.
- ▶ Importa também referir que grande parte do comércio da região caribenha pertence a luso-descendentes, sendo usual encontrar nesta região estabelecimentos comerciais com esta origem.



Contactos

Av. Sidónio Pais - R/C Esq., 1050-215 Lisboa | (+351)211 947 2017

geral@ipdal.org | www.ipdal.org

Anexo 6. Recolha de informação sobre a relação bilateral Portugal – Cuba

- **Relações diplomáticas Portugal - Cuba**

As relações diplomáticas entre Cuba e Portugal mantêm-se há já muito tempo. Cuba chegou a ter cinco consulados em Portugal e hoje os dois países partilham diversos acordos. Portugal é, por exemplo, o único país da União Europeia com um acordo na área da saúde com Cuba.

Em 2014, ano em que Lisboa e Havana assinalaram 95 anos de relações diplomáticas, a aproximação entre Portugal e Cuba passou a ser ainda mais expressiva quando o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Luís Campos Ferreira, foi a Cuba. Este encontro teve como intuito assinar um memorando para estabelecer consultas políticas regulares entre Portugal e Cuba, demonstrando a vontade de aumentar as relações políticas e económicas entre estes dois países.

- **Relações comerciais Portugal - Cuba**

Cuba exporta para Portugal uma grande quantidade de açúcar e Portugal exporta mais de 600 produtos para Cuba. No entanto, apesar desta ligação comercial, as empresas portuguesas não têm qualquer tipo de apoio da banca portuguesa para investir em Cuba.

Segundo a Câmara de Comércio, o saldo das trocas comerciais entre Portugal e Cuba tem sido positivo para Portugal com as exportações a aumentarem de ano para ano. Dados do INE registam um crescimento de 15,7% de 2014 para 2015.

Segundo a embaixadora de Cuba em Portugal, Johana Tablada de La Torre, numa entrevista dada ao Económico, o comércio entre os dois países tem vindo a crescer significativamente. A embaixadora destacou ainda a presença de várias cadeias de hotéis portuguesas, nomeadamente, a cadeia Pestana. Sendo o turismo um dos principais setores da economia cubana, Portugal tem sido pioneiro no investimento nesta área.

Cuba tem interesse em áreas já desenvolvidas em Portugal como por exemplo as energias renováveis e a agroindústria. O país latino-americano quer também apostar nos têxteis e no calçado, áreas em que a experiência portuguesa é significativa. O setor de construção português é também um setor que interessa muito a Cuba.

Segundo dados da AICEP, o número de empresas portuguesas a exportar para Cuba tem vindo a aumentar. Em 2011 foram registadas 51 empresas e em 2015, 68. Para além de ser um destino turístico por excelência, Cuba também é uma ótima oportunidade para as empresas do setor agroalimentar. A empresa de conservas de peixe, Cofisa e a Lusiaves, empresa avícola, são dois exemplos de empresas portuguesas que anunciaram o interesse em exportar para este país.

A maior parte das exportações de Portugal para Cuba, em 2015, foram plásticos, borrachas, máquinas e aparelhos. No mesmo ano, Portugal importou produtos alimentares (maioritariamente açúcares) charutos, tabaco madeira e cortiça. A economia cubana é sustentada por recursos naturais como a cana-de-açúcar, o café e o tabaco, assim sendo, estes são os produtos que o país mais exporta, inclusive para Portugal.

Segundo a AICEP, a balança comercial luso-cubana tem sido favorável ao nosso país. No final de 2015, Portugal exportou para a maior ilha das Caraíbas 45,9 milhões. As importações corresponderam a 26,8 milhões de euros.

- Investimento Portugal - Cuba

O investimento estrangeiro em Cuba tem vindo a ser impulsionado, sobretudo a partir de 2014. Nesta altura foi dado um passo importante com a entrada em vigor da nova Lei do Investimento Estrangeiro, aprovada em março de 2014, que pretende diversificar a estrutura de produção, o desenvolvimento tecnológico e a integração da economia cubana. A partir da entrada em vigor desta lei, o investimento estrangeiro passou a ser permitido em todos os setores de atividade com exceção ao setor da saúde, educação e defesa.

As missões empresarias levadas a cabo em Cuba têm, consequentemente, vindo a aumentar. A 16 de setembro de 2016 terminou a quinta missão empresarial a Cuba durante este ano. Esta missão, organizada pela Câmara de Comércio Portugal Cuba, teve como objetivo acompanhar as empresas participantes no processo de internacionalização para Cuba, através da exportação ou de parcerias, dando a possibilidade de empresas portuguesas estabelecerem contactos com empresas cubanas.

Numa entrevista dada a 4 de fevereiro de 2015 ao jornal “Negócios”, o Dr Américo Ferreira de Castro, Presidente da Câmara de Comércio Portugal Cuba, afirmou receber um numero cada vez maior de solicitações de empresários nacionais nas áreas já referidas.

Sendo o turismo uma das áreas em que Portugal e Cuba podem cooperar, algumas companhias aéreas têm reforçado os voos charter na altura do Verão para, nomeadamente, Cayo Coco, que têm esgotado completamente. Várias operadoras turísticas ficam logo com os voos charter para Cuba esgotados por volta de maio de cada ano, o que demonstra o elevado interesse no setor turístico cubano por parte de Portugal.

Cuba procura também captar investimento em Portugal no âmbito do setor turístico. Melne Martínez Hernández, primeiro secretário da embaixada cubana, declarou em julho deste ano que Cuba quer desenvolver parcerias estratégicas com Portugal no setor do turismo e captar mais turistas portugueses através de voos diretos entre os dois países. Dados da Oficina de Turismo de Cuba demonstram que tem havido um crescimento bastante significativo do turismo português em Cuba. No mês de julho, as Caraíbas receberam 3.768 turistas portugueses, um crescimento de 130,9% relativamente ao mesmo período do ano transato.

<http://www.dn.pt/globo/eua-e-americas/interior/relacoes-entre-portugal-e-cuba-ganham-novo-folego-3857687.html>

http://economico.sapo.pt/noticias/a-tecnologia-portuguesa-e-muito-bemvinda-a-cuba_233428.html

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/CubaSP.pdf>

<http://observador.pt/especiais/cuba-ha-um-novo-algarve-as-empresas-portuguesas/>

<http://www.portugalcuba.com/category/noticias/>

<http://www.portugalcuba.com/entrevista-realizada-pelo-jornal-negocios-ao-presidente-da-camara-de-comercio-portugal-cuba-americo-ferreira-de-castro-2/>

<http://www.presstur.com/pesquisa?q=euroAtlantic>

<http://www.publituris.pt/2016/09/01/numero-turistas-portugueses-cuba-cresce-130/>

<http://www.ccip.pt/en/newsletter-internacional/730-relacoes-com-portugal-e-oportunidades-de-negocio>

<http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7B0277CE56-5E35-47A1-B704-A3AA93448D99%7D>

Anexo 7. Resumo de artigos de opinião sobre a recusa do processo de paz na Colômbia

Artigos de **opinião** sobre a recusa do processo de paz

New York Times

Colombia peace deal is defeated, leaving a nation in shock – Julia Symmes Cobb e Nicholas Casey

http://www.nytimes.com/2016/10/03/world/colombia-peace-deal-defeat.html?WT.nav=top-news&action=click&clickSource=story-heading&em_pos=large&emc=edit_nn_20161003&hp=&module=first-column-region&nl=morning-briefing&nid=76809690&pgtype=Homepage®ion=top-news&r=0

Julia Symmes Cobb e Nicholas Casey começam por afirmar que o resultado negativo do Acordo de Paz é uma vergonha para o Presidente Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia.

A surpresa suscitada pela vitória do “não” deixou o país completamente atordoado (à semelhança do que aconteceu com o referendo no Reino Unido) e o futuro dos rebeldes, intrinsecamente ligado ao futuro da guerra, tornou-se completamente incerto.

O Presidente da Colômbia afirmou que o cessar-fogo acordado com as FARC continua em vigor e que, brevemente, irá providenciar um espaço de diálogo entre os grupos políticos, especialmente os que estão contra o Acordo de Paz. Rodrigo Londoño, líder das FARC, também declarou não querer continuar com a guerra.

A pergunta feita aos eleitores era simples: “Apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura na Colômbia?”. No entanto, esta questão divide o país há gerações pois muitos colombianos suportaram anos de raptos e mortes pelos rebeldes da FARC. Para estes o Acordo de Paz é bastante tolerante porque, se entrasse em vigor como estava acordado, permitiria que os rebeldes passassem a viver como cidadãos normais e que os líderes deste grupo recebessem sentenças reduzidas face aos crimes que cometeram.

Vários colombianos, nomeadamente professores e administradores de grandes empresas, não concordam com o Acordo de Paz porque o consideram injusto e perigoso, na medida em que não confiam nos antigos membros da FARC.

Dia 2 de outubro à noite, quando o resultado já era estimado, os opositores reiteravam a necessidade de negociar medidas mais rigorosas para com os rebeldes das FARC, uma vez que a guerra criada por este grupo deixou cicatrizes brutais na Colômbia (cerca de 220 000 pessoas mortas em combates, 6 milhões de deslocados, um numero desconhecido de mulheres violadas e crianças raptadas e forçadas a combater). Depois destas atrocidades terem durado cerca de 52 anos, tornou-se difícil para alguns colombianos perdoar os rebeldes da FARC.

Os autores do presente artigo consideram que o maior vencedor deste domingo foi Uribe, o antigo presidente da Colômbia que fez campanha pelo não. Uribe argumentou durante a sua campanha que o Acordo era demasiado leviano e que os rebeldes deviam ser devidamente sentenciados como assassinos e traficantes de droga. O ex-presidente afirmou que é a favor da paz, mas que o Acordo de Havana é uma decepção e ao que parece, uma pequena maioria colombiana concorda com Uribe.

El País

El triunfo de Uribe y del “no” silencioso - Jacobo García

http://internacional.elpais.com/internacional/2016/10/03/colombia/1475451626_647968.html

- Durante muitos meses, o ex-presidente Álvaro Uribe parecia uma voz a gritar no deserto pois estava bastante afastado da campanha do sim e tinha pouco apoio eleitoral. No entanto, o ex-presidente acabou por ser o grande vencedor de uma eleição que contou com quase seis milhões e meio de votos pelo não ao Acordo de Paz.
- Inicialmente não era fácil defender o “não” uma vez que a comunidade internacional olhava para Uribe como um ex-presidente que preferia a guerra à paz. No entanto, Uribe mudou o seu discurso e reiterou querer a paz na Colômbia, mas também a justiça. “Queremos la paz, pero no esta paz”, disse o ex-presidente colombiano.

- Francisco Santos, vice-presidente na época de Uribe, afirmou que a vitória do não obriga a uma renegociação do Acordo, tendo sempre em mente a paz na Colômbia. “Nosotros también queremos la paz, pero con un mayor estándar de justicia y verdad”, disse o antigo vice-presidente.
- Os argumentos de Uribe que triunfaram e levaram à vitória do “não” foram os seguintes: os rebeldes não passariam nem um dia na prisão; as FARC não tornariam o seu património publico; o narcotráfico seria considerado um delito politico, o que prolongaria durante décadas os cultivos; os rebeldes obteriam cinco lugares na Assembleia de forma direta e sem serem sujeitos a eleições.
- Álvaro Uribe entrou num jogo em total desvantagem com o marcador, o árbitro e o adversário e ganhou por mais de 40 000 votos de diferença.

Uribe puede con todo - M. A. Bastenier

http://internacional.elpais.com/internacional/2016/10/03/actualidad/1475479205_520127.html

- A vitória do “não” ao Acordo de Paz dá para tirar várias conclusões, nomeadamente, que o ex-presidente Uribe tem uma capacidade de convicção popular irresistível e que a Colômbia não é só um país dividido em duas metades completamente opostas, mas é também um país que, quando teve oportunidade para se expressar sobre o seu futuro, preferiu não o fazer (a afluência às urnas não chegou a 40%).
- Existem, portanto, duas fraturas gigantes na Colômbia: entre os que preferem o “sim” e os que preferem o “não” ao Acordo de Paz e uma, possivelmente mais grave a longo prazo, os que votaram e os que se abstiveram (cerca de 60% da população). A alta taxa de abstenção é grave porque os colombianos que decidiram não votar carecem de posição ou talvez de interesse em definir um futuro nacional.
- M.A.Bastenier, autor do artigo, admite que queria que tivesse ganho o “sim”, no entanto, havia muito mais povo a votar no “não” do que “gente fina” a votar no “sim”. Na opinião de Bastenier, as condições pedidas pelas FARC (impunidade pelos seus crimes atrozes, mandatos assegurados no Congresso, uma reinserção bem remunerada na vida civil politica) e cedidas pelo Presidente Santos, pareceram excessivas para a maioria dos colombianos.

- Segundo o autor, faça Santos o que lhe apetecer ou puder, o seu mandato está liquidado. O que importa agora é colmatar a falha democrática presente na Colômbia, uma vez que perdeu uma oportunidade de redefinição, disse não a uma tentativa de mudança e sim à estagnação.

El Tiempo



La batalla sin fin - Gabriel Silva Luján

<http://www.eltiempo.com/opinion/columnistas/la-batalla-sin-fin/16717012>

- A campanha contra o Acordo de Paz apelou a truques baixos e foi uma campanha intimidante e especulativa. Os líderes do “não” fizeram hipotéticos cenários catastróficos, como por exemplo, a ameaça de Timochenko como Presidente da Colômbia. A campanha do não, foi, portanto, uma pedagogia da mentira
- Os que fizeram campanha pelo não apelaram à mobilização de marchas, dirigidas por Uribe, ex-presidente exorbitante e incoerente. Uribe agrediu a solidariedade global e deixou perplexos os governos amigos e os organismos internacionais perante o espetáculo de um ex-presidente a comportar-se como um imbecil.
- Os que fizeram campanha pelo não apelaram à deslegitimação do processo eleitoral com denúncias falsas de compra de votos, de pressão a autoridades locais, entre outros. Estas denúncias são retóricas, carecem de provas e têm como principal objetivo acabar com a festa da paz dos colombianos.
- Os que fizeram campanha pelo não disseram que o Presidente só queria o Acordo de Paz para ganhar o Prémio Nobel da Paz (truque muito baixo, segundo o autor).
- Passado o plebiscito, os colombianos esperam que se acabem as intrigas e que com as energias da nação renovadas os líderes se concentrem em construir a paz,

edificar uma nova Colômbia e resolver problemas graves. Segundo o autor, Uribe e o seu discurso de ontem e de hoje, demonstram que o ex-presidente quer impedir este desejo geral de uma reconciliação da política nacional.

- Uribe e os seus seguidores já anunciaram uma batalha sem fim aos acordos. O autor do artigo acrescenta: “Es legítimo hacer oposición, bienvenida, pero la democracia exige que esta sea ante todo leal con los intereses superiores de la Nación.”
- Gabriel Silva Luján acusa Uribe de pôr os seus interesses (voltar ao poder) à frente dos interesses e da felicidade da pátria. No entanto, o autor afirma que os colombianos não se deixarão desviar do verdadeiro propósito da paz: deixar aos filhos e aos netos um país sem barbárie.

La nación

Era una solución demasiado sencilla para un problema demasiado complejo – Claudio Jacquelin

<http://www.lanacion.com.ar/1943619-era-una-solucion-demasiado-sencilla>

- A vitória do “não” demonstra que o reducionismo que se impõe à lógica da guerra não serve para ganhar batalhas pela paz.
- Depois de mais de 50 anos de lutas que sangraram o país, o governo da Colômbia iludiu-se e ilidiu o resto do mundo com a ideia de que tinha chegado a era da pacificação e a unidade de um país que viveu mais tempo em conflito do que em harmonia.
- As FARC aceitaram entregar as armas e sentar-se à mesa para negociar porque há muito que estão derrotadas pois não têm, nomeadamente, qualquer tipo de legitimidade perante a população.
- Por estes motivos, parece ingenuidade, quase irresponsabilidade ou fruto de um processo patológico de negação da história recente, pensar que quem deu carta livre ao governo para combater a guerrilha, sem se preocupar com os direitos humanos dos membros da FARC agora está disposto a conceder aos rebeldes direitos civis e políticos.

Qué significa el “No” colombiano al acuerdo con las FARC – Emilio Cárdenas

<http://www.lanacion.com.ar/1943597-el-no-colombiano-al-acuerdo-negociado-con-las-farc>

- O que parecia impossível, mas não imprevisível, aconteceu. Poucos foram os colombianos que decidiram ir votar, mas os que decidiram, não aprovaram o Acordo.
- As opções agora são a renegociação das cláusulas do acordo ou o reinício das antigas FARC guerrilheiras.
- A renegociação de certas cláusulas vai ser difícil uma vez que para uns parecem conferir não só impunidade, mas também privilégios excessivos aos líderes das FARC. As cláusulas que contêm privilégios excessivos segundo uns são, precisamente, as que os líderes do lado oposto consideram centrais (principalmente as que têm a ver com a responsabilidade pelos crimes cometidos contra civis inocentes e com o castigo correspondente).
- Os colombianos que votaram não fizeram-no porque desconfiam das FARC (com razão) e porque não estão de acordo com a postura adotada pelo Presidente. Desaprovam também algumas concessões feitas aos rebeldes que cometeram violações do direito internacional. Muitos colombianos acham que o que foi proposto no Acordo de Paz não faz justiça aos crimes horrendos praticados pelas FARC.
- Juan Manuel Santos é agora o responsável por encontrar novos espaços que permitam manter a esperança de alcançar a paz.
- A luta pela paz não deve nunca ser abandonada. Para a América Latina é momento de apoiar uma nova busca pela paz e abrir novos caminhos que sejam necessários.
- É óbvio que quem sofreu diretamente com a violência das FARC não está disposto a aceitar um Acordo que deixa de lado a justiça. Esta sensação parece ter impulsionado muitos dos que no final decidiram votar contra uma proposta de paz que, na sua opinião, carece de equilíbrio.

Anexo 8. Resumo do artigo de opinião “A Europa, a América Latina e Portugal”, escrito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e publicado no Jornal Público a 3 de novembro de 2016

- Na Reunião ministerial da União Europeia (UE) com a Comunidade de Estados Latino-americanos e das Caraíbas (CELAC) foram abordados dois temas interessantes:
 - 1) O compromisso com as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris
 - 2) A cooperação entre a UE e a CELAC – prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, em particular, as condições do financiamento europeu de projetos latino-americanos e caribenhos
- Compreender-se-ão melhor estes temas se os integrarmos na relação de Portugal, enquanto Estado-membro da UE, com a América do Sul e Central:
 - 1) A Europa continua a representar a melhor referência internacional, dada a solidez das instituições democráticas e o equilíbrio entre o económico e o social. Por estas razões, o lado latino-americano fica perplexo com o pessimismo e a dilaceração europeia. Como várias vezes recordado a UE, segundo parceiro económico da CELAC, logo a seguir aos Estados Unidos, está a ser desalojada dessa posição pela China.
 - 2) Os laços históricos entre as duas regiões vão assumindo novas modalidades como por exemplo o facto de nos anos recentes, a direção principal das migrações se fazer da Europa para a América do Sul e Central, e não inversamente. O dinamismo demográfico, o potencial de crescimento e a expansão da classe média estão também do lado americano. No entanto, deve ter-se em atenção que persistem enormes desigualdades sociais e que a pobreza e a exclusão, rural e urbana, fustigam a generalidade dos países da CELAC.
 - 3) Os dois pontos anteriores significam que a parceria americano-europeia tem de se fortalecer e não enfraquecer, devendo prosseguir em novas bases. Através da exploração, designadamente, das possibilidades da cooperação triangular Europa-América- África e tentar praticar, não só uma ajuda ao desenvolvimento, mas também um relacionamento económico reciprocamente vantajoso, assente no comércio e no investimento.
- Na 25ª Cimeira ibero-americana o espírito geral foi o mesmo: estimular a cooperação em torno da juventude, empreendedorismo e educação, porque estes são os fatores que mais contam para as sociedades globalizadas de hoje e porque é neles que a Europa e a América Latina podem afirmar a centralidade geopolítica do Atlântico.
- Segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Portugal tem um papel decisivo neste processo dada a sua relação com o Brasil, a pertença à CPLP, a ligação a África, o facto de ser observador da Aliança do Pacífico e enquanto Estado-membro da UE, ser firme defensor do Mercosul.
- Em breve, Portugal concluirá a ratificação do acordo de associação entre a UE e a América Central, o país apoia ativamente todos os processos de pacificação e inclusão, designadamente o processo de paz colombiano, as empresas portuguesas consideram os mercados latino-americanos prioritários (do México ao Brasil, da Colômbia ao Paraguai, de Cuba ao Panamá) e a promoção da língua e cultura portuguesas mostra que também por aí se consolida uma presença influente e bem-recebida. “E a

sociedade civil interessa-se, bastando citar o trabalho de instituições como a Casa da América Latina em Lisboa e o IPDAL”.

- Conclusão: a ligação entre a Europa e a América e as Caraíbas deve reforçar-se, não perder-se e Portugal tem um papel indispensável nesta ligação.

Anexo 9. Histórico da “Questão Malvinas” nas Nações Unidas

A primeira resolução

A Resolução 2065 foi a primeira resolução adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a questão das Malvinas. Adotada a 16 de Dezembro de 1965 pela Assembleia geral das Nações Unidas, a Resolução 2065 reconhece a existência de uma disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Esta primeira Resolução convida os Governos da Argentina e do Reino Unido a procederem a negociações de modo a encontrarem uma solução pacífica para o problema, tendo em conta as disposições e objetivos inscritos na Carta das Nações Unidas e os interesses da população das Ilhas Malvinas.

A primeira Resolução reconheceu ainda que a questão das Malvinas se enquadra numa situação colonial que deve ser resolvida, tendo em consideração a Resolução 1514, onde a ONU proclamou “a necessidade de pôr fim ao colonialismo, sob todas as suas e manifestações, de forma rápida e incondicional”

Resumo da ação das Nações Unidas relativamente à “Questão Malvinas”

Após a adoção da Resolução 2065, iniciou-se um processo de negociação bilateral e a Argentina e o Reino Unido tentaram chegar a um acordo sobre a disputa de soberania das Ilhas Malvinas. No entanto, na Assembleia de 1973, o Governo argentino alertou para o facto de as negociações estarem paralisadas uma vez que o Reino Unido se recusou a discutir sobre a soberania do território que reiterava ser inglês. Consequentemente, foi adotada a Resolução 3160, semelhante à anterior, mas que pressiona o governo britânico e reforça a necessidade acelerar as negociações.

Em 1973, a Argentina juntou-se ao Movimento dos Não-alinhados e passou a ter mais apoio após a Conferência do Movimento dos Não-alinhados em 1975 e a 5ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-alinhados em 1976. A Resolução 31/49, que se seguiu a estes eventos, representou uma mudança de direção para uma posição mais a favor da Argentina. Pela primeira vez, o Reino Unido votou contra uma resolução relativamente à Questão das Ilhas Malvinas

De 1977 a 1981, a “Questão das Ilhas Malvinas” esteve presente em todas as sessões da Assembleia Geral. A resolução 37/9, adotada a 4 de Novembro de 1982, foi a primeira a

seguir ao conflito armado de 1982 (Guerra das Malvinas). Esta resolução acrescentou, unicamente, o princípio do “não uso da força”: “Reaffirming also the principles of the Charter of the United Nations on the non-use of force or the threat of force in international relations and the peaceful settlement of international disputes (...)”.

O rascunho desta resolução foi proposto por 20 países da América Latina.

A Resolução 38/12, adotada a 16 de Novembro de 1983, lamenta a falta de resposta ao Secretário-Geral das Nações, uma vez que o Reino Unido se recusou a negociar sobre a soberania deste território. Esta resolução foi, novamente, proposta pelos 20 países da América Latina.

A resolução 39/6, adotada a 1 de Novembro de 1984, foi o terceiro rascunho da Resolução adotado com o apoio dos 20 países latino-americanos. Nesta resolução, estiveram referenciadas as discussões entre a Argentina e a Grã-Bretanha que ocorreram a 18 de julho de 1984 em Berna, Suíça. Na Resolução pode ler-se: “Taking note of the communiqué issued by the representatives of the Government of Switzerland and the Government of Brazil at Berne on July 1984 (...). A resolução lamentou ainda o tempo que os países demoraram a resolver a disputa: “Observing with concern that, in spite of time which has elapsed since the adoption of resolution 2065 (XX), the prolonged dispute has not yet been resolved, (...)”.

Em 1985, foi adotada a Resolução 40/21 que reitera a necessidade de normalizar a situação e pede aos Governos para continuarem as negociações de modo a encontrarem os meios necessários para resolver pacificamente e definitivamente os problemas de soberania partilhados por estes dois países.

Desde 1961 que o Comité Especial de Descolonização trata as questões relacionadas com os “Non-Self-Governing Territories” como as Ilhas Malvinas. Todos os anos, a disputa deste território é tida em conta por este Comité que produz um relatório anual. Este relatório é, posteriormente, submetido à Assembleia Geral da ONU.

Este Comité tem vindo a adotar, anualmente, uma resolução que solicita, entre outras considerações, que ambos os Governos consolidem o atual processo de diálogo e de cooperação mediante a retomada das negociações. A Argentina tem vindo a fazer sucessivos esforços para negociar a soberania do território. No entanto, o Reino Unido não se mostra aberto a negociações sobre esta disputa de soberania e tem vindo a ignorar

todas as Resoluções das Nações Unidas que incitam a que as duas nações se sentem a negociar.

Em junho de 2016, o Comité Especial de Descolonização aprovou uma proposta de resolução que reforça a ideia que a única solução para terminar a “Questão das Malvinas” é através de um acordo pacífico e negociado entre os dois países.

Bibliografia

Resolução 2065: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/RES2065.PDF>

Resolução 3160: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/RES3160.PDF>

Resolução 31/49: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/AR-31-49.PDF>

Resolução 37/9: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/AR-37-9.PDF>

Resolução 38/12: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/AR-38-12.PDF>

Resolução 39/6: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/AR-39-6.PDF>

Resolução 40/21: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/AR-40-21.PDF>

<http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/SAC/UN/UN-LIST.HTM#R1514>

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/28/IMG/NR021828.pdf?OpenElement>

<http://www.un.org/en/decolonization/specialcommittee.shtml>

<http://www.un.org/press/en/2016/gacol3298.doc.htm>

<http://www.oajnu.org/wp-content/uploads/2012/03/Cuesti%C3%B3n-de-las-Islas-Malvinas-Falkland-Islands.pdf>

<http://macua.blogs.com/files/a-resolucao-1514-de-onu-sobre-a-descolonizacao1.pdf>

Anexo 10. Artigo sobre a importância da América Latina para as empresas portuguesas

América Latina, uma região de oportunidades

No ano de 2017, as empresas portuguesas devem olhar para a América Latina como uma potência económica em ascensão e uma região de oportunidades.

De facto, são vários os relatórios que constataam a melhoria da região latino-americana para 2017, o que faz com que a América Latina seja uma região verdadeiramente atrativa para investir. Segundo o relatório da Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina e as Caraíbas terão um crescimento de 1,3% no próximo ano. O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas (ONU), World Economic Situation Prospects, publicado hoje, projeta também uma melhoria económica significativa, mais concretamente, um crescimento de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e de 2,1% em 2018 para a América Latina e Caribe. Este crescimento deve-se, segundo a ONU, ao acréscimo da procura externa, ao aumento do preço das matérias primas e a um contexto marcado por uma menor inflação na América do Sul.

São vários os casos de internacionalização de empresas portuguesas que decidiram investir no mercado latino-americano. Os Grupos Hoteleiros Pestana, Vila Galé e Porto Bay, a construtora Mota-Engil, a TAP, a Visabeira, entre tantos outros, são exemplos de sucesso que comprovam o potencial do mercado latino-americano.

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Peru são os principais mercados da América Latina para as empresas portuguesas e onde estas têm, efetivamente, investido. Neste âmbito, o Instituto para a Promoção e o Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), vai organizar um Seminário dedicado ao tema “Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos”, onde vai reunir 50 empresas, mas também os Embaixadores e responsáveis comerciais dos países latino-americanos com quem Portugal tem relações comerciais mais estreitas.

É imperativo referir que Portugal e a América Latina não são apenas parceiros comerciais e económicos. As relações entre Portugal e os países latino-americanos têm vindo a estreitar-se cada vez mais. Exemplo claro desta aproximação foi a visita oficial do Presidente da República a Cuba, em Outubro do ano passado, e a colocação de um delegado permanente da AICEP junto da Embaixada de Portugal em Havana. Para além

disso, a potencialização das relações bilaterais, ficou também expressa com o estabelecimento da Embaixada portuguesa no Panamá, em 2016.

A relação bilateral, entre Portugal e a América Latina, podia-se resumir às questões históricas, linguísticas, diplomáticas e geográficas que nos unem há tantos anos. No entanto, importa ter presente o potencial económico da América Latina, destino de excelência para investir nas mais diversas áreas, desde a hotelaria à construção, passando pela energia e pelo turismo.

Anexo 11. Nota informativa para as Embaixadas



Excelentíssimo Senhor

Embaixador

Embaixador do/da

Lisboa, 3 de Novembro de 2016

Assunto: Nota informativa

Exmo. Senhor Embaixador,

Tenho o prazer de me dirigir a V. Exa para, cumprimentando-o cordialmente na minha qualidade de Presidente do Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), informá-lo que foi atribuída a categoria de Observador Consultivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ao IPDAL.

A decisão foi ratificada na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que decorreu nos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2016, em Brasília.

Para o IPDAL é muito importante este reconhecimento da CPLP como Membro Observador Consultivo da organização. Nos últimos anos, o Instituto tem promovido os países da América Latina junto dos países da CPLP em várias ocasiões e iniciativas, nomeadamente com o Encontro América Latina – CPLP, que já vai para a terceira edição.

A ligação do Instituto aos países de Língua Oficial Portuguesa, e à CPLP como bloco, tem sido incrementada através dos contactos diplomáticos que o IPDAL efetua junto das Embaixadas em Portugal e de várias organizações africanas, com o objetivo de poder funcionar como *hub*, potenciando as ligações entre os dois lados do Atlântico.

O facto do IPDAL ser a partir de agora Observador Consultivo da CPLP é uma grande vitória e um enorme estímulo para o Instituto.

Exmo. Senhor Embaixador,

Aproveito a oportunidade para lhe reiterar a sinceridade da minha mais profunda estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Neves', with a stylized flourish above it.

Paulo Neves

Presidente

Anexo 12. Notícia sobre a entrega do Prémio IPDAL-Vista Alegre ao Embaixador do Brasil, Mário Vilalva



October 3, 2016 |

[Brasil](#) [CPLP](#) [Homenagens](#) [Informação do Instituto](#) [Institucional](#) [Notícias do Instituto](#)
[Prémio IPDAL-Vista Alegre](#) [Presidência da República](#)

Numa cerimónia onde estiveram diplomatas de todo o Mundo, o Embaixador Mário Vilalva foi homenageado com o prémio IPDAL-Vista Alegre.

No dia 28 de Setembro de 2016, no Grémio Literário, o Embaixador do Brasil agradeceu o prémio oferecido pelo IPDAL e pela Vista Alegre e destacou os fortes laços que unem Brasil e Portugal, “dois países irmãos” segundo o diplomata.

Mário Vilalva falou ainda das grandes oportunidades de investimento no Brasil, evidenciando que merecem ser exploradas e aprofundadas pelos portugueses. De acordo com o diplomata que esteve seis anos à frente da representação brasileira em Lisboa, a proximidade linguística e cultural entre os dois países tornam mais fácil a concretização de projetos portugueses no país latino-americano.

O Embaixador Mário Vilalva foi distinguido pelo profissionalismo e amizade com que sempre colaborou com o IPDAL, bem como pela excelência do trabalho protagonizado no fortalecimento das relações entre o Brasil e Portugal.

Na homenagem estiveram presentes vários Embaixadores e diplomatas da América Latina, um representante do Presidente da República, os Embaixadores de Israel, Guiné-Equatorial, Suíça, Suécia, diplomatas de Cabo Verde, Moçambique, Andorra, membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, patrocinadores, membros e Amigos do IPDAL.

Anexo 13. Notícia sobre a entrega do Prémio Nobel da Paz 2016 ao Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos



PRESIDENTE DA COLÔMBIA RECEBE NOBEL DA PAZ

October 7, 2016 | Colômbia | Homenagens | Institucional

O Prémio Nobel da Paz 2016 foi atribuído ao Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, pelo seu esforço em negociar uma solução pacífica para o fim do conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As confrontações entre o Estado colombiano e as FARC duraram oficialmente 52 anos e custaram a vida a pelo menos 220 000 pessoas, tendo causado ainda mais de 6 milhões de deslocados. O Prémio Nobel tem então como objetivo felicitar e encorajar o Presidente Santos pelo esforço dedicado ao Acordo de Paz assinado com a guerrilha.

O Comité Nobel Norueguês declarou que a distinção tem como objetivo homenagear o povo colombiano, que apesar das grandes dificuldades e dos abusos por que passou, nunca perdeu a esperança e sempre pugnou pela paz. Pretendeu-se ainda homenagear os partidos políticos e os vários atores que ajudaram no processo de paz, bem como as vítimas que resultaram do conflito.

Nesta distinção feita ao Presidente Juan Manuel Santos, o Comité pretende ainda “encorajar todos aqueles que lutam por conquistar a paz, a reconciliação e a justiça na Colômbia” e dar ao Presidente ainda mais força para lutar por esta causa até ao fim do seu mandato.

“É esperança do Comité que nos próximos anos o povo colombiano colha os frutos do processo de reconciliação e paz que ainda decorre”, acrescentou também o Comité, realçando a importância do Acordo de Paz e da continuação dos esforços para chegar a um Acordo que seja aceite pela maioria do povo colombiano.

O Comité Nobel norueguês selecionou o Presidente de um total de 376 candidatos, um recorde de candidaturas.

O nome de Juan Manuel Santos irá ficar assim, para sempre, na companhia de outros históricos construtores da paz na região, como Carlos Saavedra Lamas, Adolfo Pérez Esquivel, Oscar Arias ou Rigoberta Menchú Tum.

Anexo 14. Notícia sobre o encontro da Secretária-Geral Iberoamericana com os Embaixadores da América Latina



IPDAL PROMOVE XXV CIMEIRA
IBEROAMERICANA

October 12, 2016 |

[Colômbia](#) [Conferências](#) [Conferências Internacionais](#) [Eventos](#) [Ibero-América](#) [Iberoamérica](#)
[Informação do Instituto](#) [Institucional](#) [Notícias do Instituto](#) [ONU](#) [Portugal](#) [Presidência da República](#)

A Secretária-Geral Iberoamericana Rebeca Grynspan esteve na iniciativa co-organizada pelo IPDAL e pela SEGIB para promover a XXV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

No dia 11 de outubro de 2016, o Instituto e a organização internacional que reúne todos os países da América Latina, Portugal, Espanha e Andorra promoveram um encontro da Secretária-Geral Ibero-americana com os embaixadores destes países e um grupo de personalidades portuguesas.

Diante de algumas das principais empresas e instituições portuguesas, além de um conjunto de jornalistas, convidados pelo IPDAL, a ex-Secretária Geral Adjunta das Nações Unidas e ex-Vice-Presidente da Costa Rica deu a conhecer o tema e a missão da Cimeira que vai ter lugar na Colômbia.

O tema da reunião é Juventude, Empreendedorismo e Educação. A Secretária-Geral declarou que a mobilidade de talento, investigadores e professores, bem como a mobilidade inter-empresarial devem ter um novo impulso, pois são fundamentais para a criação de uma região com mais oportunidades e crescente económico.

Na ocasião, Rebeca Grynspan felicitou ainda a Embaixadora da Colômbia pela atribuição do prémio Nobel da Paz ao Presidente Juan Manuel Santos, tendo-se pronunciado favoravelmente ao Acordo de Paz alcançado entre o Governo de Bogotá e as FARC.

A XXV Cimeira Iberoamericana vai realizar-se nos dias 28 e 29 de Outubro, em Cartagena das Índias, na Colômbia. Para além da presença do Presidente da República Portuguesa, o acto contará também com a presença do Engenheiro António Guterres, recentemente eleito Secretário-Geral da ONU.

Anexo 15. Notícia sobre a entrega do policy paper à Secretária-Geral Iberoamericana



October 12, 2016 |

[África](#) [Conferências](#) [Conferências Internacionais](#) [Encontros "Triângulo Estratégico"](#) [Eventos](#) [Ibero-América](#)
[Iberoamérica](#) [Informação do Instituto](#) [Institucional](#) [Notícias do Instituto](#) [Portugal](#) [Presidência da República](#)
[Relatórios](#) [Triangulação](#)

O Presidente do Instituto aproveitou a vinda a Lisboa da Secretária-Geral Iberoamericana para entregar o policy paper com as conclusões do V Encontro "Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África".

No âmbito do [Encontro com a Secretária-Geral Ibero-americana](#), Rebeca Grynspan, que teve lugar dia 11 de outubro no Grémio Literário, o Presidente do IPDAL entregou o policy paper com as recomendações do V Encontro "Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África", realizado em maio de 2016.

Paulo Neves elogiou a estreita colaboração entre o IPDAL e a SEGIB, que permite que a organização seja divulgada de forma mais ampla, permanente e sustentada em Portugal.

Recordamos que a Secretária-Geral Iberoamericana esteve presente no V "Triângulo Estratégico", iniciativa que teve a presença do Presidente da República e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e que voltou a reunir, em Lisboa, um conjunto de especialistas e decisores dos três continentes.

O IPDAL entrega sempre o resultado do Encontro à SEGIB, à Presidência da República de Portugal, às instituições europeias e aos parceiros internacionais. Este policy paper será apresentado em Espanha, Bruxelas, na América Latina e em África.

Anexo 16. Notícia sobre a participação do IPDAL no Portugal Exportador



November 24, 2016 |

[Aliança do Pacífico](#) [Argentina](#) [Colômbia](#) [Cuba](#) [Diplomacia Económica](#) [Economia AL](#) [Eventos](#)
[Informação do Instituto](#) [Missões Empresariais](#) [Notícias do Instituto](#) [Notícias Economia](#) [Paraguai](#)

Através do IPDAL, as embaixadoras da Colômbia, Cuba, Uruguai e representantes da Argentina e Paraguai contactaram dezenas de empresas.

No âmbito do maior evento do país dedicado à internacionalização de empresas, o IPDAL organizou um Café Temático subordinado ao tema “América Latina – um continente de oportunidades”.

No dia 23 de Novembro, os diplomatas de Colômbia, Cuba, Uruguai, Paraguai e Argentina deram a conhecer a economia e as oportunidades de investimento nos seus respetivos países.

O IPDAL reforça assim a sua posição de liderança enquanto principal associação portuguesa dedicada à diplomacia económica, bem como ao apoio, por um lado, das empresas com objetivos de internacionalização para a América Latina e, por outro, das embaixadas latino-americanas no seu esforço de promoção.



O Portugal Exportador é uma feira de negócios que, há mais de dez anos, tem como principais objetivos estimular a internacionalização das empresas portuguesas, em especial pequenas e médias, contribuir para a capacitação e reforço das competências exportadoras destes agentes económicos, tendo em vista a diversificação dos mercados de exportação, e fortalecer o relacionamento com parceiros e entidades de apoio à internacionalização.

O IPDAL contribuiu ainda para o sucesso da iniciativa, identificando e convidando uma empresa para intervir no workshop dedicado ao tema “Inovar para Exportar”. A iniciativa teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa.

Anexo 17. Notícia sobre a participação do IPDAL no Bazar Diplomático



November 24, 2016 |

[Argentina](#)

[Cuba](#)

[Eventos](#)

[Informação do Instituto](#)

[Institucional](#)

[Notícias do Instituto](#)

[Presidência da República](#)

[Solidariedade](#)

O stand do IPDAL no Bazar Diplomático bateu todos os recordes.

Dos três anos consecutivos há que o Instituto participa no Bazar Diplomático, este foi aquele onde se obtiveram mais receitas e onde se receberam mais visitas.

Cuba, República Dominicana, Argentina, Uruguai e Honduras foram os países representados no stand do IPDAL. Venderam-se peças de artesanato, quadros, bebidas típicas, empanadas, alfajores, entre outros produtos tradicionais destes países.

O IPDAL contou com a [visita do Presidente da República](#), Marcelo Rebelo de Sousa, que fez questão de entrar no stand do Instituto para tirar uma [fotografia](#).

O Bazar Diplomático decorreu nos dias 18 e 19 de novembro de 2016, no Centro de Congressos de Lisboa. A iniciativa de solidariedade, que reúne Embaixadas e organismos internacionais residentes em Portugal, contou com uma enorme afluência e um elevado número de vendas.

Parte das receitas do Bazar Diplomático 2016 reverteram a favor de instituições que apoiam casos de carência extrema.

Anexo 18. Notícia sobre as previsões da OCDE



November 30, 2016 | Aliança do Pacífico Argentina Brasil Colômbia Economia AL Notícias Economia

De acordo com a OCDE, o país governado por Mauricio Macri deverá crescer 2,9%, acima de Brasil, Chile, Colômbia e México.

A Argentina deverá regressar aos bons desempenhos econômicos, com um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,9% em 2017 e 3,4% em 2018. O ano de 2016 ficou marcado pela contração, resultado sobretudo de uma menor procura externa, do preço reduzido dos produtos agrícolas, bem como da profunda recessão no Brasil, que afeta as exportações argentinas. No entanto, a organização considera que o impacto das reformas e das mudanças na política econômica começarão a notar-se em 2017.

As perspectivas para o Chile são igualmente animadoras. Segundo a OCDE, a economia chilena crescerá 1,7% este ano.

Em 2017, haverá um crescimento de 2,5% do PIB e em 2018, de 2,6 pontos percentuais. A organização acrescenta ainda que as empresas chilenas vão exportar mais, como consequência das melhorias nos países compradores. Este progresso impulsionará o investimento e o consumo interno, que por sua vez estimulará a economia e fará diminuir a taxa de desemprego.

As perspectivas da OCDE para o México mudaram em consequência da eleição de Donald Trump, tendo em conta as pretensões anunciadas durante a campanha presidencial. Por isso, anunciou-se um crescimento de 2,2%, quatro décimas menos do previsto em Junho.

Quanto à Colômbia, as perspectivas de crescimento continuam interessantes, apesar de terem sido revistas em baixa.

Deverá registar-se um crescimento de 2,1% este ano e de 2,5% no próximo. A este respeito, a organização assinala vários motivos, tais como a debilidade do comércio internacional e as incertezas associadas à política monetária dos Estados Unidos. A OCDE, no seu relatório semestral, demonstra o seu apoio à recente reforma fiscal do Governo de Juan Manuel Santos.

O Brasil, por sua vez, deverá voltar a crescer em 2017, cerca de 1%. As perspectivas para a evolução da economia brasileira em 2016 pioraram, esperando-se uma queda de 3,4% do PIB.

Anexo 19. Notícia sobre o XI Aniversário do IPDAL



January 30, 2017 |

[África](#) [Aliança do Pacífico](#) [América Central](#) [Caralbas](#) [CPLP](#) [Diplomacia Económica](#) [Espanha](#) [Eventos](#)
[Governo de Portugal](#) [Iberoamérica](#) [Informação do Instituto](#) [Institucional](#) [Ministério Negócios Estrangeiros](#)
[Notícias do Instituto](#) [Portugal](#) [Prémio IPDAL-Vista Alegre](#)

A Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, foi a Convidada de Honra na recepção ao Corpo Diplomático e Amigos que assinalou mais um aniversário do IPDAL.

No dia 26 de Janeiro, a cerimónia que assinalou os 11 anos do Instituto homenageou, com o Prémio IPDAL-Vista Alegre, a Câmara Municipal de Cascais, na pessoa do seu Presidente, e a *Fundación Iberoamericana Empresarial*.

No discurso de agradecimento, o Presidente da autarquia, Carlos Carreiras, destacou o trabalho do Município na promoção do Atlântico e exaltou a importância da relação cada vez mais forte entre o espaço ibero-americano e africano.

No Grémio Literário, Luis de Carlos, dirigente da *Fundación Iberoamericana Empresarial*, agradeceu a homenagem e reiterou a importância da cooperação entre empresas de Portugal e de Espanha na construção de um espaço iberoamericano.

O aniversário contou ainda com a intervenção da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que sublinhou a importância das relações entre Portugal e a América Latina, destacando o papel do IPDAL no centro desta dinâmica.

Na recepção oferecida ao Corpo Diplomático, marcaram presença embaixadores e diplomatas da América Latina, Europa, África, Ásia e América do Norte, a nova Secretária-Executiva da CPLP, deputados à Assembleia da República, altos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, empresários, académicos, jornalistas e Amigos do Instituto.

O IPDAL expressa ainda um agradecimentos especial à [Bacalhã Vinhos de Portugal](#) e à [Vista Alegre](#).

Veja mais fotografias em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1237480399641035.1073741843.136776496378103&type=1&l=621b4bcd0d>

Veja ainda o vídeo da Câmara Municipal de Cascais em: <https://youtu.be/flVVNCenUts>

Anexo 20. Notícia sobre o Seminário “Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos”



January 27, 2017 |

[Aliança do Pacífico](#) [Argentina](#) [CAF](#) [Colômbia](#) [Conferências](#) [Diplomacia Económica](#) [Economia AL](#)
[Eventos](#) [Informação do Instituto](#) [Institucional](#)

O Secretário de Estado da Internacionalização e o das Comunidades Portuguesas, bem como o Presidente da AICEP, estiveram no seminário “Ciclo Económico na América Latina: Projetos Estratégicos”.

No dia 25 de Janeiro de 2017, o IPDAL co-organizou com o banco BBVA uma iniciativa para apresentar, a grandes empresas portuguesas, os principais projetos de desenvolvimento de um conjunto de países latino-americanos. A iniciativa contou ainda com o apoio da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP) e da Associação Selectiva Moda.

Na Associação Comercial do Porto, anfitriã e parceira do seminário, os embaixadores de Argentina, Cuba, Peru e Uruguai, acompanhados pelo Presidente da Câmara de Comércio Luso-Colombiana, explicaram os mais importantes investimentos estratégicos que os seus respetivos países têm em carteira para os próximos anos.

A sessão foi inaugurada pelo Presidente do IPDAL, Paulo Neves, juntamente com o Presidente da Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho, e pelo Economista-Chefe do BBVA, Juan Ruiz.

Foram ainda apresentados dois *case studies* de experiências portuguesas na América Latina: a ATP referiu a crescente importância da região para a indústria nacional, enquanto o CEiiA, centro de engenharia e desenvolvimento de produtos, mencionou a sua parceria com grandes entidades brasileiras.

O representante da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, que viajou propositadamente de Madrid para participar nesta iniciativa do IPDAL, enumerou alguns dos projetos emblemáticos do banco na América Latina, além de explicar o expectável desenvolvimento económico da região.

No encerramento do Seminário, o Presidente da AICEP, Miguel Frasquilho, reiterou a importância da diversificação de mercados para as empresas portuguesas e elogiou o esforço que tem sido feito para desenvolver as relações económicas com a América Latina. O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luis Carneiro, acrescentou que Portugal já alcançou resultados positivos a nível de internacionalização, mas que podemos e devemos ir mais longe, aproveitando a dinâmica empresarial e a influência das nossas comunidades no estrangeiro. Jorge Costa Oliveira, secretário de Estado da Internacionalização, considera a América Latina um pólo de interesse e acrescentou que tenciona reforçar as relações com os vários países desta região, uma vez que as oportunidades são imensas.